



CIDADE DE
SÃO PAULO
EDUCAÇÃO

ENCONTRO DE
**ORGANIZAÇÃO
PEDAGÓGICA**

COPED/COCEU/CODAE

2023



**CIDADE DE
SÃO PAULO
EDUCAÇÃO**

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Ricardo Nunes

Prefeito

Secretaria Municipal de Educação

Fernando Padula

Secretário Municipal de Educação

Malde Vilas Bôas

Secretária Executiva de Educação

Bruno Lopes Correia

Secretário Adjunto de Educação

Omar Cassim Neto

Chefia de Gabinete

Sueli Mondini

Chefe da Assessoria de Articulação
das Diretorias Regionais de Educação - DREs

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

ENCONTRO DE
**ORGANIZAÇÃO
PEDAGÓGICA**

COPEP/COCEU/CODAE

3
2
0
2

São Paulo | 2023

COORDENADORIA PEDAGÓGICA - COPED

Simone Aparecida Machado - Coordenadora

Assessoria Gabinete

Graciela Marra
Daniela Gavião

Divisão de Educação Infantil - DIEI

Tássio José da Silva - Diretor

Divisão de Ensino Fundamental e Médio - DIEFEM

Tatiane Aparecida Dian Hermanek - Diretora

Divisão de Educação de Jovens e Adultos - DIEJA

Adriana Fernandes da Silva - Diretora

Divisão de Educação Especial - DIEE

Claudia D'Alevedo dos Reis - Diretora

Núcleo Técnico de Avaliação - NTA

Claudio Maroja - Diretor

Núcleo Técnico de Currículo - NTC

Aparecido Suter da Silva Junior - Diretor

Núcleo de Acompanhamento - NAC

Maria Cristina Rodrigues - Diretora

Núcleo Técnico de Formação - NTF

Adriana Carvalho da Silva - Diretora

Supervisão de Observação de Infância - SOI

Márcia Andréa Bonifácio da Costa Oliveira - Diretora

PROJETO EDITORIAL

Centro de Mídias - CM

Ana Rita da Costa - Diretora

Núcleo de Criação e Arte - Projeto, diagramação e ilustrações

Angélica Dadario
Cassiana Paula Cominato
Fernanda Gomes Pacelli
Priscila da Silva Leandro
Simone Porfírio Mascarenhas

COORDENADORIA DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS - COCEU

Roseli Marcelli Santos de Carvalho - Coordenadora

Divisão de Cultura - DIAC

Júnior Suci - Diretor

Divisão de Esporte, Corpo e Movimento - DIESP

Uelinton de Seixas - Diretor

Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais - DIGP

Rogério Gonçalves da Silva - Diretor

Universidade nos Centros Educacionais Unificados - UniCEU

Tanija Mara Ribeiro de Souza Maria

Núcleo Técnico de Articulação de Ações - NTAA

Jussara Brito de Souza

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CODAE

Maria de Fátima de Brum Cavalheiro - Coordenadora

Divisão de Nutrição do Escolar - DINUTRE

Natalia Ferreira - Diretora

Divisão de Gestão e Contratos da Alimentação Escolar - DICAÉ

Karina Rodrigues Costacurta - Diretora

Divisão de Qualidade e Logística dos Alimentos - DILOG

Joseiane Alvarez dos Santos Gotardi - Diretora

Divisão de Educação Alimentar e Nutricional - DIEDAN

José Ivanildo Ferreira dos Santos - Diretor

Divisão de Finanças e Repasses da Alimentação Escolar - DIFIR

Márcia Batista Nogueira Shimoda - Diretora

Núcleo de Gestão de Dados, Transparência e Tecnologia da Informação - GTIC

Edemilson Barbosa dos Santos

Núcleo Administrativo

Andrea Regina Maciel

Assessoria Técnica Gabinete

Andrea Caetano de Araújo
Sílvia Canavese

Assessoria Técnica Jurídica

Thalita Cristina Borges
Márita Ronay Matos Tunes

Assessoria Técnica Nutricional

Michelle Alessandra de Castro
Fernanda Lourenço de Menezes



Qualquer parte desta publicação poderá ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remix, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido.

Disponível também em:

<<http://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br>>

Código da Memória Documental: SME 1/2023

6	PRIMEIRAS PALAVRAS
9	COORDENADORIA PEDAGÓGICA – COPED
10	ACOLHER
13	REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
19	PLANEJAR AÇÕES
41	FORMAÇÃO DA CIDADE
46	COORDENADORIA DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS - COCEU
47	REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UEs
51	PLANEJAR AÇÕES: UES
58	REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL: CEUs
62	PLANEJAR AÇÕES: CEUs
77	COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CODAE
78	REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
79	PLANEJAR AÇÕES
81	REFERÊNCIAS

SUMÁRIO

Educadoras e Educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - equipe de apoio, professores, equipe gestora de cada Unidade Educacional da nossa cidade que atendem aos nossos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados - a cada um de vocês, nossos desejos de um feliz ano. Que 2023 seja um ano letivo repleto de muitas aprendizagens!

Fevereiro, retorno das férias escolares, é momento de planejamento das ações do ano que chegou. Planejar um ano significa estabelecer metas e definir os caminhos que melhor possibilitem o alcance dos objetivos. Garantir o atendimento, o desenvolvimento e a aprendizagem de excelência são focos de todo e qualquer trabalho que realizamos, e as diretrizes estabelecidas para 2023 direcionarão as ações de toda a cidade.

Com muita escuta, nos grupos de trabalho e nas itinerâncias realizadas em 2022 pelas 13 Diretorias Regionais de Educação, reorganizamos muitas ações para fortalecer o trabalho de cada equipe das Unidades.

Em 2022, foram mais de 546 milhões em verbas PTRF para gerenciamento da equipe gestora de acordo com as necessidades de cada Unidade Educacional, 84% de crescimento do repasse.

Para este ano, ampliaremos os valores. São recursos que precisam ser utilizados com muito planejamento, articulado com os princípios da gestão participativa para garantirmos o melhor às nossas crianças e estudantes.

Para adequar as necessidades de Recursos Humanos, estamos em fase de concurso público para professores de Ensino Fundamental e Médio. Também ampliamos a manutenção dos contratos de professores e o quadro de profissionais em escolas com maior número de salas, são mais assistentes de diretor, ATEs e coordenadores pedagógicos atuando.

Ampliaremos o quadro de estagiários do *Programa Aprender sem Limite* e do *Programa Parceiros da Aprendizagem*, para que todas as turmas do Ciclo de Alfabetização possam contar com este apoio, além disso, o aumento da carga horária da atuação destes profissionais, de 4 para 6 horas, com a valorização da bolsa, viabilizará o preenchimento de todo o quadro.

Aumentamos em 75% a oferta de transporte escolar gratuito, em torno de 51 mil crianças e estudantes atendidos.

Disponibilizamos, em 12/12/2022, os créditos para que os responsáveis pelos estudantes matriculados na Rede Municipal já façam suas compras de material e uniforme escolar nas lojas credenciadas, em mais de 300 endereços, para o ano letivo de 2023. Algo totalmente inédito!

No campo das tecnologias, as salas digitais se tornam um recurso importante para as atividades pedagógicas. Já foram instaladas 8.305 de 12.541. A instalação total nas Unidades Educacionais está prevista para o início de 2023. Além disso, mais de 460 mil tablets estão nas mãos dos nossos estudantes e mais 30 mil foram adquiridos para reposição, tudo isso somado aos equipamentos de uso pedagógico que ficam nas Unidades. É a equidade como norteadora das políticas da Rede.

Sabemos que o Projeto Político-Pedagógico é o documento que fortalece a escola, a sua construção coletiva vem para organizar o trabalho pedagógico visando a melhoria da qualidade da educação e o sucesso da aprendizagem de todos.

É a partir deste trabalho coletivo que a equipe gestora se legitima como articuladora desse processo e, acreditando nessa premissa, regulamentamos as 4 horas semanais de formação das equipes gestoras, por meio da publicação da Instrução Normativa 46/2022, viabilizando horas de estudo para os Coordenadores Pedagógicos, Assistentes de Diretor de Escola, Diretores de Escola e Supervisores Escolares, observando as diretrizes da política de formação da SME e o Currículo da Cidade, tendo como norteadores da gestão pedagógica os princípios da Educação Inclusiva, Educação Integral e a Equidade.

Assim, a SME e as Diretorias Regionais de Educação articularão ações para apoiar as equipes gestoras, com a oferta de formações assíncronas, síncronas e presenciais, considerando as especificidades de cada PPP e os princípios da gestão democrática.

Na Educação Infantil

Teremos como foco de trabalho as especificidades de bebês e crianças matriculados na Rede, por meio de discussões acerca do desenvolvimento de bebês e crianças pequenas (0 a 3 anos) e dos contextos de aprendizagem (4 e 5 anos).

As ações formativas do ano intencionam qualificar as práticas pedagógicas junto aos bebês e às crianças quanto suas vivências, experiências e aprendizagens.

A perspectiva é que haja reflexões sobre o papel do educador, da educadora da infância na organização dos tempos, espaços e materialidades. Nesse sentido, para apoiar as Unidades Educacionais na aquisição de materiais que contribuam nas discussões e na qualificação de ações antirracistas, não xenófobas e não sexistas, as Unidades receberão os kits de bonecas e bonecos da “Coleção Bonecos: diversidade e cultura”, a fim de compor o acervo de brinquedos para bebês e crianças da Rede.

No Ensino Fundamental

O *Programa Aprender e Ensinar no Ensino Fundamental* organiza o trabalho pedagógico desta etapa e estabelece as estratégias que serão realizadas para a garantia dos direitos de aprendizagem de todos: **formação continuada** aos professores com foco nas questões metodológicas de acordo com o Currículo da Cidade, planejada e articulada para cada ciclo; **materiais didáticos** para apoiar as práticas didáticas realizadas em cada espaço escolar, as ações de **fortalecimento das aprendizagens** e as ações de **acompanhamento das aprendizagens** como garantia de planejamentos mais consistentes e de acordo com as necessidades apresentadas pelos estudantes.

Também reforça a necessidade de observar as especificidades dos ciclos de aprendizagem como forma de garantir o olhar integral de cada sujeito durante o processo de aprender e ensinar.

A meta do ciclo de Alfabetização é que, ao final do 2º ano, todos os estudantes estejam alfabetizados, para tanto, é preciso que o foco da ação pedagógica organizada pela escola, seja a meta, possibilitando, dessa maneira, a garantia de direitos.

No Ensino Médio

Em curso na Rede Municipal de Ensino desde o ano de 2020, a reestruturação do Ensino Médio apresentou grandes desafios para todos os envolvidos, tornando necessário que pensássemos em um processo formativo capaz de fortalecer a compreensão das equipes gestora e docente das nove escolas que ofertam o NOVO Ensino Médio na Rede.

As ações de formação voltadas para o Ensino Médio terão como foco as especificidades desta etapa e o estudo das propositivas das Unidades de Percorso que compõem os Itinerários Formativos

Na Educação de Jovens e Adultos

Daremos continuidade às ações formativas e políticas públicas importantes, iniciadas em 2022. Será um ano de muitas formações, envolvendo todos os educadores que atuam na EJA: gestores, professores, DIPEDs e lideranças do MOVA-SP.

O MOVA-SP será contemplado novamente pelo Programa Minha Biblioteca, possibilitando o acesso dos educandos às obras literárias adequadas a este público, e participará também do *Projeto Rolê Cultural!*

O Projeto da EJA Modular passou por um processo de reorganização por meio de um GT que se debruçou sobre a flexibilização e o atendimento do estudante adulto e suas necessidades.

Enfim, não faltarão esforços conjuntos para que a Educação de Jovens e Adultos atinja, cada vez mais, o objetivo freiriano de atender jovens e adultos capazes de transformarem a si mesmos e a sociedade em que vivem.

A Educação Inclusiva

A educação inclusiva assume espaço central no debate na sociedade contemporânea e nossas escolas já são potentes para atender todos com qualidade. Recursos e formação continuada qualificam o trabalho inclusivo já bastante consolidado da nossa Rede, por isso, em 2023, vamos investir ainda mais nas formações que abordem as especificidades do atendimento de crianças e estudantes com deficiência e TEA, com o intuito de superar a lógica da exclusão, de modo a garantir o acesso, a permanência, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, sem exceção, e ampliar o quadro de docentes que atuam com a educação especial: em todas as Unidades com estudantes com deficiência matriculados, teremos um Professor de Atendimento Educacional Especializado, qualificando o trabalho pedagógico já realizado.

Em janeiro de 2023, celebramos os 20 anos da Lei 10.639/2003 com a certeza de que ainda há muito a ser realizado na construção de uma sociedade mais igualitária. Como contribuição para a constituição dessa nova sociedade, a Secretaria Municipal de Educação entregará, no início deste ano letivo, o *Currículo da Cidade: Educação Antirracista*, documento que pretende encorajar os profissionais atuantes nas Unidades Educacionais à construção de um PPP que estimule a construção de uma cultura antirracista.

São pontos fundamentais nas ações da nossa Rede uma educação para as relações de gênero e diversidade, o incentivo à leitura, o estímulo ao protagonismo juvenil e à autonomia dos nossos estudantes, oportunizando a compreensão de seu papel na transformação social.

Recursos, escritas, consistência, concepção e excelentes profissionais não faltam em nossa Rede. Permanece o objetivo diário que é a oferta de educação pública de qualidade.

Vamos pensar juntos nas necessidades, ampliar a escuta e os diálogos. Vamos juntos garantir o desenvolvimento e a aprendizagem e, conseqüentemente, mais liberdade, justiça, direito, esperança e cidadania, para uma cidade melhor, um país melhor, um futuro melhor.

Bom trabalho para todos nós!

Fernando Padula

Secretaria Municipal de Educação

Apresentação: <https://youtu.be/zyTegx4I3UQ>



COPED

ACOLHER

“O homem vive dentro do mundo
como corpo, mas o mundo vive
dentro do homem como palavra.”

(José Carlos de Azeredo)

Querida educadora e querido educador, é com alegria que iniciamos este breve momento de reflexão, que ganha corpo por meio da força que reside no ato de escrever. A palavra, principal ferramenta em nosso trabalho cotidiano, nos possibilita abrir as portas de um mundo rico em possibilidades e descobertas para bebês, crianças, adolescentes, jovens ou adultos com quem partilhemos a aventura de desbravar o universo do conhecimento, tradições, tecnologias, costumes, rituais, lugares, convicções e modos de coabitar o mundo, pela cultura e a experiência social.

Estar com o outro é estar em movimento permanente. É mobilizar sentidos para o que é dito pela inteireza do nosso corpo. Assim, a palavra se revela no olhar, no toque, no sorriso, no choro e no silêncio. Ela inscreve-se no espaço/tempo que permite a cada um marcar o mundo com sua subjetividade.

É nesse movimento, ora suave, ora intenso, que o convidamos para uma caminhada que terá o texto como fio condutor da nossa jornada reflexiva. Desejamos sua companhia! Sabemos que, apesar de caminharmos pela mesma estrada, no percurso, observamos diferentes pontos. Portanto, as palavras carregam um pouco das nossas percepções e estarão impregnadas por nossos afetos e possibilidades de apreender as complexas relações que desenham os caminhos trilhados por aqueles que vivem a experiência de humanizar e humanizar-se por meio do exercício da docência, considerando que o ato de cuidar e educar é um auxílio precioso na instigante tarefa de ser e existir.

Ao escrever, colocamo-nos na posição de quem tem a palavra, mas não sem considerar o gesto leitor e reflexivo de todos os educadores e educadoras: interlocutores deste texto, por isso desejamos que nossas palavras possam provocar momentos de acolhimento, incômodo, deslocamento, descoberta, dissenso e, sobretudo, de encontro com o objetivo que nos aproxima: o reconhecimento de que **bebês, crianças, adolescentes, jovens** ou **adultos** matriculados nas Unidades Educacionais de nossa Rede Municipal de Ensino - RME constituem-se como **sujeitos de direito**, sendo a educação requisito fundamental para o processo de humanização.

ACOLHER

A afirmação de que a educação é direito de todos pode soar como jargão, uma vez que a frase tem sido amplamente reproduzida por diferentes segmentos da sociedade e em diferentes contextos.

Entretanto, embora tal afirmação pareça representar consenso, ela não pode esconter as profundas desigualdades econômicas, estruturais, pedagógicas, atitudinais, de gênero, raça ou tantas outras que impedem que significativa parcela da população da Cidade de São Paulo se beneficie plenamente de seu direito à educação.

Assim, é preciso transpor o que está diante dos olhos para que se possa descortinar as inúmeras barreiras que cerceiam o direito de expressiva parcela de indivíduos de serem sujeitos no processo educativo, mesmo quando presente nos espaços educacionais da nossa Rede.

Deste modo, mais uma vez invocamos a força das palavras que habitam a nossa forma de existir como educadores e educadoras, a fim de refletir e atuar para que o direito à educação possa se efetivar e alcançar as múltiplas identidades dos sujeitos que enchem de vida e diversidade os espaços educacionais da RME.

A palavra **escola** anuncia, para o interlocutor, um universo de significados, despertando os sentidos, sentimentos e memórias que reverberam dela, de forma que cada sujeito reconhece o espaço/tempo/sentido que o ambiente educacional proporciona. Por isso, as experiências que cabem neste lugar são imensuráveis, tamanha a capacidade de promover saberes, tanto no campo do conhecimento como das relações pessoais e de autoconhecimento. Assim, a palavra “escola”, refletida no aspecto físico e simbólico, tal como um mosaico, constitui-se pelos atores que nela transitam, irradiando e inscrevendo aspectos em constante mudança e construção. Por meio do coletivo, a escola propicia ações que, para além de criar e formar, transformam e transcendem espaços de convivência, inaugurando caminhos e contextos de partilha nos quais a diferença, que nos constitui e enriquece, é edificada e legitimada, com convicção de que o mundo tem lugar para todas as formas de existir.

Já a palavra **estudante** evoca o movimento da vida, dos saberes, das trocas, dos desafios. Nela está contida toda a força do devir, dos saberes e não saberes, dos desejos, da curiosidade genuína sobre aspectos que vão para além dos conteúdos escolares, portanto o sujeito-estudante é aquele que aprende e também aquele que ensina em uma relação que se busca dialógica e sensível à complexidade inerente ao humano e aos desafios impostos por este tempo histórico, marcado por inéditos eventos que demandam, dia a dia, propostas e intervenções a fim de ajustar a rota.

Por fim, a palavra **educador** reverbera para cada um de nós um significado diverso e múltiplo, que pode ter se transformado ao longo do tempo e da docência, entretanto, sabemos que compartilhamos de muitos sentidos e de experiências que nos marcaram e, ainda hoje, imprimem sentido nas relações com bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos, gestores e familiares.

Acumulamos, ao longo da nossa trajetória, histórias de estudantes, aulas, horários, turmas, momentos inesquecíveis e outros que gostaríamos de apagar, guardamos também palavras que nos chegaram em forma de bilhetes, cartões, cartas, recados nas avaliações,

pedidos de ajuda, sentimentos expressos por desenhos, colagens, olhares, choro e silêncio, e para cada uma delas elaboramos respostas, construindo um texto que foge da lousa e alcança a vida. Por isso, ao pensar este texto a partir das palavras que nos constituem, buscamos refletir acerca daquelas que compõem o nosso acervo atual, e observar de que forma estamos conjugando os verbos acolher, aprender, desenvolver, amar, dentre outros, pois sabemos que estamos vivendo um tempo marcado por inúmeras dificuldades que tornam ainda maior o nosso desafio docente.

Crescer, aprender e se desenvolver é parte da experiência humana que se tece no tempo. O fio da vida precisa de delicadas mãos que se movem com diferentes intensidades. Para tecer este tecido: o da vida, é preciso observar, contemplar, fazer, desfazer e refazer até que o ponto se torne firme e que a próxima etapa possa ser alcançada.

Embora o fio do tempo que guia a existência da criança e do adolescente seja único, ele carece de muitas mãos habilidosas e disponíveis para tecê-lo, permitindo que o entrelaçamento com outras experiências possa compor o refinado tecido que constitui a vida social.

O conhecimento atribui elasticidade, força, cor e resistência à nossa humanidade e, nesta direção, a educação ocupa papel fundamental no nosso processo de diálogo com o mundo.

Ser educador é ser tecelão da vida, de modo que tal arte implica técnica, método, disciplina e, sobretudo, disponibilidade para tocar delicadamente a vida de quem adentra o espaço educacional, pois ao possibilitar que todos acessem o conhecimento produzido pela humanidade ao longo das muitas gerações, contribuimos para que o tecido social que sustenta a vida de todos e de cada um seja potente para permitir a nossa existência como sociedade civilizada.

Assim, ao viver a experiência de ser sujeito da ação dialógica de ensinar e aprender, bebês, crianças, adolescentes, jovens ou adultos tornam-se vida para o mundo, e o mundo, por meio do acesso ao conhecimento, palavra que reverbera vida para todos nós.

REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico - PPP é, sem dúvida, um documento fundamental para a organização do trabalho pedagógico das Unidades Educacionais, já que se constitui como a expressão de um coletivo, ou seja, dos princípios que alicerçam o trabalho do grupo e de cada profissional implicado com o ato educativo. Enquanto perspectiva de futuro, projeto significa a construção da consciência das ações, logo, ações que conservam, que transformam e que não se conformam.

Na organização deste início de ano letivo, permeado de inúmeros desafios entendemos que o termo ação congrega uma resposta, ou melhor, uma nova ação impregnada de responsabilidade ética e coletiva com a formação de bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados na Rede e, mais do que isso, com a formação crítica e humana das novas gerações.

Nesta perspectiva, o PPP, como um projeto factível, real e vivo, está intimamente ligado aos procedimentos necessários para sua implementação, ou seja, por meio de ações, metas e instrumentos de avaliação que nos convida a buscar novas metas e objetivos. Como destaca (MACHADO, 2006, p. 15) “a realização do que se projeta exige certo nível de organização, de planejamento das ações. Não bastam a vontade e o improvisto”.

Desse modo, entendemos que as reuniões de organização escolar do novo ano letivo são carregadas de potência, na condição de espaços privilegiados para o acolhimento do grupo, avaliação de processos anteriores, bem como a repactuação do compromisso coletivo com os princípios e ações que orientam o trabalho de cada Unidade Educacional.

O que queremos alcançar?	É a busca de um posicionamento: <ul style="list-style-type: none">▪ Político: visão do ideal de sociedade e de homem;▪ Pedagógico: definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter a instituição que planeja.
O que nos falta para ser o que desejamos?	É a busca das necessidades, a partir da análise da realidade e/ou do juízo sobre a realidade da instituição (comparação com aquilo que desejamos que seja).
O que faremos concretamente para suprir tal falta?	É a proposta de ação. O que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que vem sendo a instituição e o que deveria ser.

Fonte: Partes Constituintes do Projeto Político-Pedagógico - Celso Vasconcelos (2020).

REVISITAR

O PPP das Unidades Educacionais precisa ser a expressão do trabalho realizado pelos profissionais para garantia dos direitos de aprendizagem. Assim, este documento deve reunir as ações pedagógicas e as características de cada território, apresentando a toda a comunidade educativa os compromissos assumidos com bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos das Unidades Educacionais, em articulação com os princípios da *Educação Integral*, *Educação Inclusiva* e da *Equidade*, premissas do Currículo da Cidade.

Os diferentes instrumentos avaliativos que contribuíram para a avaliação do trabalho desenvolvido por cada Unidade Educacional, no ano de 2022, nas suas diferentes etapas e modalidades, apresentam a necessidade de revisão e redimensionamento do PPP. Nessa perspectiva, cabe um olhar apurado para algumas questões que são fundamentais para a garantia de uma educação de qualidade socialmente referenciada.



A escola como espaço de diversidade e lócus de encontros, também é vista como um espaço de ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos(as) bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Repensar a diversidade no PPP é importante para que as ações sejam revisitadas, visto que o direito à igualdade cidadã é inseparável do reconhecimento do direito às diferenças.

Faz-se necessário um olhar apurado para a educação das relações étnico-raciais e de gênero, isso significa assumir princípios e efetivar práticas voltadas à promoção de educação antirracista, não xenofóbica, inclusiva, que combata a lgbtqia+fobia, o sexismo, o machismo e outras formas de discriminação. Temos ainda a população migrante que, segundo dados do Centro de Informações - CIEDU, corresponde a aproximadamente 8.000 bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos migrantes matriculados nas 13 DREs. Isso significa que considerar a presença migrante e compor o PPP com ações que valorizem as diversas nacionalidades é premissa para o trabalho que considera o princípio da Equidade.

Educação para as Relações Étnico-Raciais e Gênero e Diversidade

Ao inserir no PPP as questões da Educação para as Relações Étnico-Raciais, a Unidade Educacional traz à tona os desafios da sua realidade local e como incorporá-los cada vez mais nas ações formativas internas e nas propostas realizadas em sala de aula. Para tanto, os profissionais contam com os materiais curriculares construídos com o objetivo de contribuir para práticas inclusivas, antirracistas, não xenofóbicas e que tenham a equidade como premissa básica. Buscando efetivar o princípio de equidade, a reflexão sobre a diversidade presente em nossas Unidades ganha extrema importância no momento de planejamento do ano letivo, garantindo que temas como as relações de gênero, sexualidades e diversidade perpassem as práticas educativas de forma articulada ao Currículo da Cidade.

Desde modo, ao revisar o PPP da Unidade Educacional, é fundamental se atentar à inserção de proposições que visem discutir temas relacionados às questões étnico-raciais e relacionados a gênero e diversidade. Lembrando que abordagens adequadas, que valorizam os diferentes sujeitos que compõem a sociedade brasileira contribuem para combater o racismo, a xenofobia, a homofobia e demais formas de violência que, infelizmente, ainda permeiam as interações em nossa sociedade.

Em janeiro de 2023, foram comemorados os 20 anos da Lei nº 10.639/2003, que muito já contribuiu para a valorização de segmentos historicamente marginalizados, na sociedade e nas proposições pedagógicas. Com a certeza de que ainda há muito a ser realizado, é oportuno que as Unidades Educacionais analisem a trajetória percorrida até a data, identificando os avanços e o que ainda precisa ser feito. Além disso, é importante lembrar que, ao falarmos em Educação para as Relações Étnico-Raciais, temos que propor ações relacionadas também às histórias e culturas dos povos indígenas e migrantes, sobretudo, migrantes contemporâneos, que são alvo de discriminação em nossa sociedade. Assim como não devem ser negligenciados temas que podem contribuir para o combate da homofobia, transfobia e machismo.

As Unidades Educacionais da RME recebem estudantes diversos. Eles têm origens diversas, diferentes crenças, comportamentos e valores. Com isso, ao indicarmos abordagens acerca de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade não se tratam apenas de planejar conteúdos relacionados aos temas, mas pensar e propor acolhimento, atendimento aos familiares, resolução de conflitos e um projeto que demonstre como a Unidade concebe a presença desses sujeitos na escola e na sociedade. Ainda que a Unidade Educacional não receba estudantes negros, indígenas, migrantes etc., é necessário que se ensine sobre e se estabeleça relações respeitadas de convívio.

CURRÍCULOS: Povos Indígenas, Educação Antirracista e Povos Migrantes



<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/nucleo-de-educacao-etnico-racial/materiais-publicados/>

Considerando a singularidade de cada sujeito, o PPP deve garantir práticas pedagógicas na perspectiva da Educação Inclusiva e criar condições de acessibilidade para qualificar a aprendizagem de todos os estudantes, pois, segundo Mantoan (*apud* MITTLER, 2003, XI), essa é a principal ferramenta de inclusão, ou seja, “o que se espera da escola é que seus planos sejam definidos por uma cidadania global, livre de preconceitos, a qual se dispõe a reconhecer e a valorizar a incompletude, a singularidade dos seres, ideias essenciais para se entender a inclusão”.

A **Educação Especial** como modalidade de ensino transversal é um direito que tem a função de disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar e/ou suplementar à formação dos estudantes com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades/Superdotação.

APOIO AOS ESTUDANTES COM TEA



A inclusão educacional de estudante público da Educação Especial pressupõe planejamento de ações adotadas na própria escola que sejam promotoras da acessibilidade para acesso ao currículo e efetiva aprendizagem.

Normalmente, aparecem questionamentos como “Quem é responsável pelo estudante com alguma deficiência?”, ou “Quem planeja as acessibilidades e estratégias de acesso ao currículo nas aulas?”. Pode-se adiantar que essa responsabilidade não é exclusiva de professores especialistas. O estudante com alguma deficiência ou transtorno é um estudante **da escola**. O professor especialista (PAAI/PAEE) pode e deve assessorar a construção do planejamento, participando ativamente, usando sua experiência para auxiliar os professores desse estudante, o(a) coordenador(a) pedagógico e outros profissionais, para desenvolver ações necessárias para incluí-lo no contexto escolar.

Ações importantes...

- Estabelecer um diálogo permanente e sistemático com a família, compreendendo como ela lida com a deficiência do(a) filho(a), acolhendo e demonstrando apoio.
- Orientar a desmistificação de conceitos que associam a deficiência do estudante a uma incapacidade certa e irremediável, estabelecendo uma relação de confiança com a família, conquistando o apoio para promover ações necessárias à inclusão e ao desenvolvimento do estudante dentro de suas potencialidades.
- Levantar informações sobre o desenvolvimento do estudante dentro de sua trajetória escolar, seus pontos de interesse, que podem favorecer a sua inclusão; quais os seus potenciais; o que pode ser desfavorável ou deve ser evitado; quais as suas dificuldades; quais as suas inabilidades e o que pode desencadear crises, quando for o caso.
- Buscar informações complementares sobre o estudante, como: acompanhamentos, terapias, aulas e atividades da vida autônoma, necessidade de recursos específicos, como Braille e LIBRAS por exemplo. Nem sempre os estudantes surdos ao chegarem à escola têm fluência em Libras, é preciso frequentar aulas para aprender. Como a escola pode organizar isso e quais são os recursos disponíveis? Os estudantes com cegueira podem precisar desenvolver a autonomia quanto à orientação e mobilidade ou aprender a leitura e a escrita Braille, ter garantida a audiodescrição e a antecipação dos obstáculos.
- Organizar com toda a equipe, no caso dos estudantes com TEA, espaço para autorregulação e intervalos sensoriais, como também estratégias de antecipação com olhar previsível que evitem gatilhos para o desequilíbrio, nesses casos, o acompanhamento necessário já deve entrar no planejamento para o estudante para o ano letivo.

- Estabelecer contato com os profissionais que assistem o estudante para além da escola de forma multidisciplinar e com os serviços de apoio da educação especial e profissionais do Centro de Formação e Apoio à Inclusão - (PAEE/PAAI). Esses profissionais poderão oferecer informações mais técnicas sobre a especificidade do estudante, sobre os recursos de que ele necessita, sobre a sua aprendizagem e as possibilidades a desenvolver. Tais informações serão valiosas no planejamento e na execução da acessibilidade e das estratégias para o processo inclusivo do estudante dentro da escola.
- Ouvir sempre o estudante a respeito da potencialidade e necessidades de acessibilidade. A equipe deve interagir com ele, **saber dele** o que facilita sua aprendizagem, o que a dificulta, quais recursos têm utilizado ao longo de sua trajetória educacional, quais os seus talentos, no que ele não é tão hábil, o que ele entende que pode ser feito para favorecer a sua participação nas atividades pedagógicas.
- Promover parcerias com a rede de saúde, porém nunca perdendo de vista que a escola é espaço de aprendizagem e não do desenvolvimento de terapias que podem e devem ser desenvolvidas em outros horários e espaços.

A garantia dos princípios destacados ocorrerá por meio de processos permanentes de **avaliação** reflexivos e comprometidos com o direito à educação de todos(as), pois avaliar continuamente nos permite tomar decisões melhor embasadas e mais assertivas em prol das aprendizagens de todos e de cada estudante.

Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo há diferentes formas de **avaliação**, que são realizadas nas três etapas da Educação Básica, sendo autoavaliação, avaliação das aprendizagens e avaliação externa. Nesse sentido, compreendemos que as Unidades devem garantir os diferentes instrumentos para subsidiar o planejamento escolar e a efetivação do PPP. Ao criarmos as condições para esses momentos, garantimos **análise, replanejamento e aprimoramento** no processo educativo dos bebês, crianças, jovens e adultos. Nessa linha de entendimento, como destaca o documento: Avaliação no Contexto Escolar (2020), é desejável que os estudos, reflexões e debates sobre as diferentes modalidades de avaliação envolvam os diversos atores da comunidade escolar com vistas ao aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Problematizar, revisitar e redimensionar o PPP significa pensar a própria escola, no conhecimento de seu contexto e de suas necessidades, suas concepções e ações de trabalho, como forma de contribuir efetivamente para a garantia do direito à educação e das aprendizagens de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos matriculados nesta rede de ensino.

Para contribuir com as reflexões nos momentos coletivos da visita ao PPP, indicamos algumas referências no item “Formação da Equipe Gestora” (p. 41).

PLANEJAR AÇÕES

NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O ano de 2022 foi de muitas aprendizagens e processos formativos com as(os) educadoras(es) que compõem a Educação Infantil paulistana. Ampliaram-se as formações optativas para professoras(es), cursos, seminários, parcerias com diferentes museus da cidade, jornadas pedagógicas, também ocorreu a importante celebração dos 20 anos da transição da creche na Cidade de São Paulo.

A Formação da Cidade sugeriu estudos, reflexões e proposições para qualificação do cotidiano das Unidades de Educação Infantil, contando com a Coordenação Pedagógica para articulação destas discussões. Refletir sobre os organizadores do cotidiano bem como as possibilidades das múltiplas experiências entre bebês, crianças e adultos nos diferentes espaços e entre as diferentes idades foi um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para potencializar as interações e aprendizagens dos bebês e das crianças.

Este ano, o plano de ação da Divisão de Educação Infantil tem como objetivos orientadores:

Objetivos

- 

Construir uma unidade de trabalho na Rede, articulada aos princípios anunciados nos diferentes documentos da Educação Infantil Paulistana.
- 

Fortalecer os eixos de trabalho da COPED: formação, acompanhamento, aprendizagem e articulação.
- 

Criar condições para promover os Direitos de Aprendizagem dos bebês e das crianças.

A Formação da Cidade será ofertada a todas(os) as(os) professoras(es) das Unidades diretas e parceiras, de acordo com o agrupamento atribuído em que a(o) professora(or) atua neste ano. Os temas serão: “A Educação Infantil de 0 a 3 anos nos espaços coletivos de Educação na Cidade de São Paulo” e “A organização de contextos de aprendizagem e desenvolvimento para crianças de 4 e 5 anos na Cidade de São Paulo”. Em complemento, a formação com as(os) coordenadoras(es) pedagógicas, da direção de escola e a articulação com a supervisão escolar estarão alinhadas a estas temáticas com vistas a consolidar os princípios que orientam o Currículo da Cidade - Educação Infantil, o Currículo Integrador da Infância Paulistana, bem como os demais documentos da Rede.

PLANEJAR

As estratégias da formação para implementação curricular e qualificação das práticas pedagógicas serão: encontros formativos com pequenos grupos para reflexão sobre a atuação da coordenação pedagógica como formadora e ampliação de estratégias para a formação em contexto, visitas pedagógicas, itinerâncias para acompanhamento de Unidades de forma amostral nos territórios, grupos de estudos, cursos optativos, articulação com a Supervisão Escolar, Jornada Pedagógica e publicações, tendo em vista a valorização da cultura educativa produzida na Rede e reflexão sobre as conquistas e desafios.

Olhar para o Currículo da Cidade - Educação Infantil como foco de todo processo formativo é, sem dúvida, uma oportunidade para materializá-lo. Nesta perspectiva, recomendamos que as equipes das Unidades retomem suas atividades com foco também na materialização do Currículo da Cidade, tendo como perspectiva o acolhimento como um princípio pedagógico e a garantia dos direitos de bebês e crianças. Acolher os bebês e as crianças durante o ano todo deve ser premissa do trabalho desenvolvido na Educação Infantil.

Planejar, registrar e acompanhar as vivências cotidianas devem ser ações realizadas em interface com as premissas do Currículo da Cidade. Cabe à gestão realizar e qualificar processos que envolvam: **planejamento, registro e acompanhamento** das ações docentes ocorridas nas UEs.

PLANEJAR

PLANO DE AÇÃO

- Mapear as potências e fragilidades do grupo;
- Estabelecer metas e hipóteses de atuação;
- Planejar ações e avaliação dos resultados.

MAPA DE FORMAÇÃO

- Estabelecer um elo entre as necessidades do grupo com os projetos da Unidade;
- Fazer mapeamento inicial das demandas formativas, possíveis mudanças e formas de atuação.

PLANEJAMENTO DOCENTE

- Apoiar a escrita das Cartas de Intenções do grupo;
- Dialogar para materializar as intenções das cartas;
- Apoiar as formas de registro que irão compor a documentação pedagógica;
- Estabelecer estratégias de acompanhamento do cotidiano e avaliação do processo.

REGISTRAR

PPP COM ENVOLVIMENTO DE TODA A EQUIPE ESCOLAR

Revisitar e redimensionar o PPP com foco para:

- Analisar a concepção de criança, educação, desenvolvimento e aprendizagem declaradas;
- Observar a organização dos espaços coletivos internos e externos;
- Avaliar as materialidades adquiridas;
- Refletir sobre os contextos de investigação/aprendizagem;
- Analisar documentação pedagógica construída;
- Observar a garantia do compromisso com a educação antirracista e não xenofóbica;

INDICADORES DE QUALIDADE

Analisar os pontos de atenção refletindo sobre a implementação do Plano de Ação sinalizados na última aplicação:

- O que fizemos?
- O que falta ser feito?
- O que nos comprometemos a fazer?
- Quais as metas estabelecidas?
- Quais as metas alcançadas?
- Quais mudanças queremos alcançar?

AVALIAÇÕES: PEA, FORMAÇÃO DA CIDADE, AVALIAÇÃO FINAL DA UE E CARTA PEDAGÓGICA

Como os processos de avaliação dos ajudam a pensar sobre:

- O que aprendemos?
- Como projetar as ações de 2023?
- Onde queremos chegar?
- Qual caminho iremos percorrer para alcançar nossas metas?

DIÁRIO DE BORDO

- Garantir a escrita constante do diário de bordo para auto reflexão do trabalho docente e planejamento baseado nos processos investigativos dos bebês/crianças;
- Estabelecer uma rotina de diálogo entre a coordenadora(or) pedagógica(o) e as(os) professoras(es) em forma de devolutivas periódicas;

SGP / DIÁRIO DE CLASSE

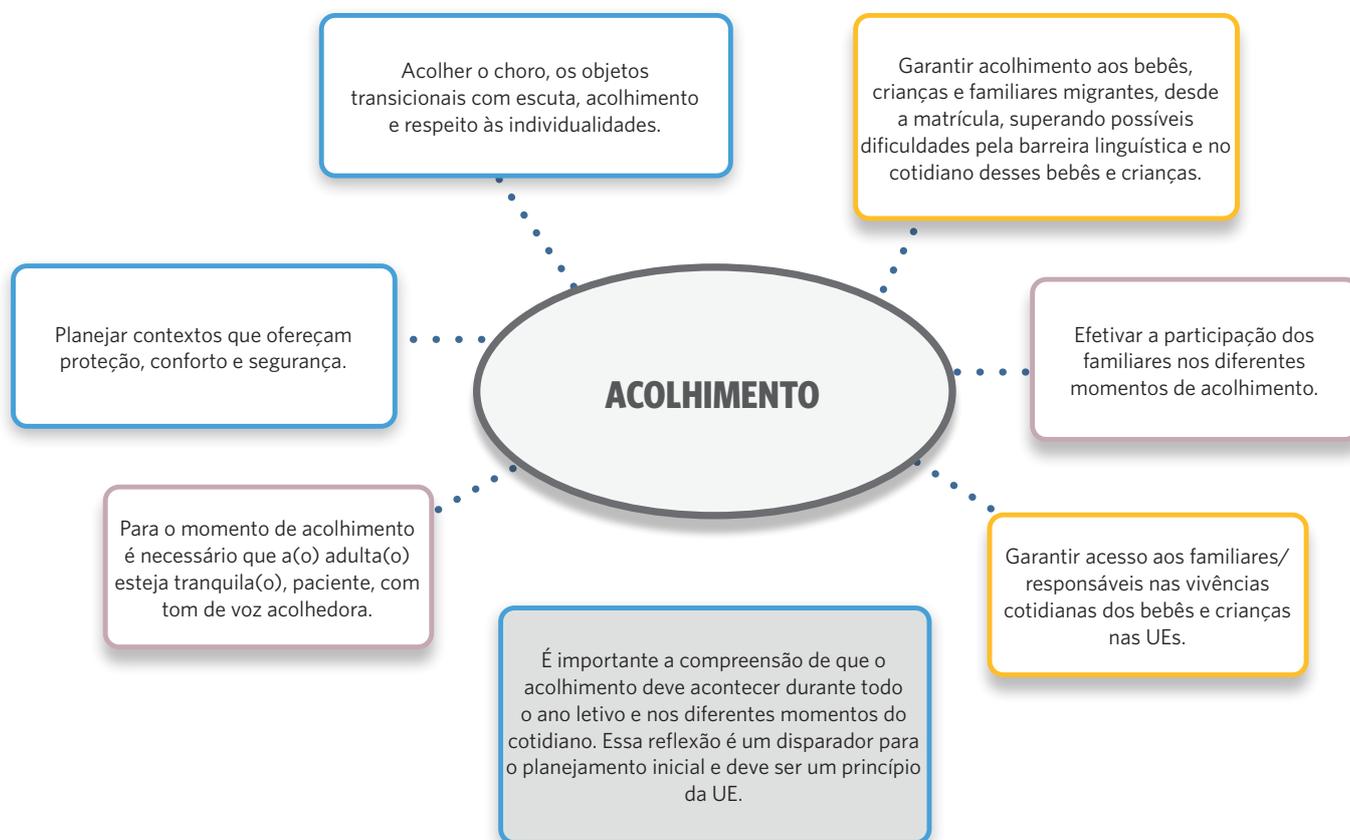
- Garantir a realização de busca ativa;
- Observar que as vivências/experiências sejam registradas diariamente;
- Garantir o registro da frequência diária;
- Efetivar a escrita de registros individuais, para a qualificação do relatório de acompanhamento das aprendizagens dos bebês e crianças;
- Orientar o registro para extinção da discriminação e os preconceitos linguísticos, religiosos, raciais, de gênero;
- Orientar o registro dos bebês e crianças com deficiência na busca de demonstrar suas potências e aprendizagens;

PROJETOS E PRÁTICAS

- Garantir vivências antirracistas, inclusivas e não xenofóbicas no cotidiano das UEs;
- Garantir propostas que visem a participação real dos bebês e crianças;
- Garantir a organização de contextos que visem a investigação, a pesquisa
- O levantamento de hipóteses, a exploração, a expressão;
- Orientar que os projetos desenvolvidos sejam pautados na curiosidade e necessidade de bebês, crianças e comunidade.
- Garantir a proposição de brincadeiras e interações de forma transversal no planejamento dos contextos de aprendizagem.

ACOMPANHAR

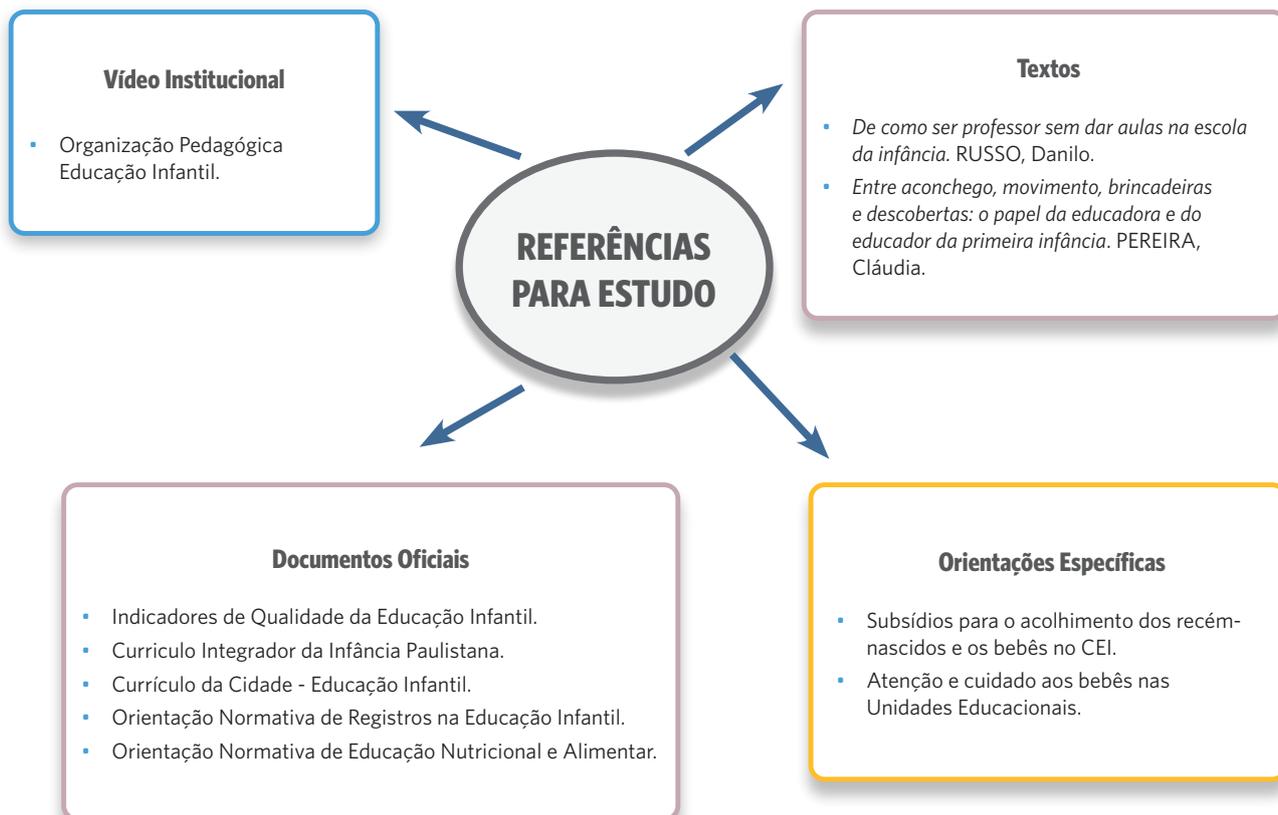
É papel da equipe gestora planejar junto com todas as equipes, especialmente a equipe docente, ações intencionais para o acolhimento dos bebês e das crianças. A coordenação pedagógica é a grande articuladora desse movimento que envolve todos(as).



Pensar no acolhimento dos bebês e crianças é planejar contextos em que as famílias também possam participar das ações do espaço educativo, desde a primeira reunião de apresentação da equipe até sua efetiva participação nos projetos e processos nos quais a aprendizagem dos bebês e das crianças está implicada. Dialogar com toda a comunidade escolar na busca de práticas que acolham, gerem segurança e bem-estar aos bebês e crianças faz parte do princípio pedagógico do acolhimento.

Destacamos a necessidade da escuta e da escrita dos diferentes registros para a interpretação, reflexão colaborativa, projeção intencional dos contextos e para a avaliação das aprendizagens.

O trabalho realizado pela equipe na organização do ano letivo se materializa nos registros, que devem ser realizados ao longo desse processo. Declarar como se dará a observação, o acompanhamento e os registros são informações importantes de um planejamento de qualidade. A Normativa de Registro pode ser uma grande parceira neste processo construtivo, além do capítulo 3 “A reinvenção da ação docente na Educação Infantil”, do Currículo da Cidade - Educação Infantil.

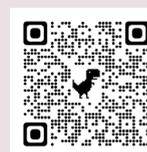


A Carta Pedagógica, a Carta de Intenções e demais registros acumulam a memória do vivido, comunicam nossas intenções, evidenciam nossos princípios e concepções, valorizam os processos de aprendizagem de bebês e crianças, e garantem a reflexão e o avanço da profissionalidade docente. Os registros garantem a autoria, o diálogo, a escuta permanente e o protagonismo de bebês, crianças e adultos. A curadoria destes registros concretiza a Documentação Pedagógica de cada Unidade.

No QR Code a seguir estão organizados um conjunto de referências que tem como objetivo apoiar as equipes gestoras no planejamento das reuniões de organização, bem como apresentar aspectos importantes desse momento.

Materiais - Educação Infantil

<https://drive.google.com/drive/folders/1ZTmYijj66CQV8g1xmGgALgGpRNKaviKe?usp=sharing>



Orientações de Educação Infantil em vídeo

https://youtu.be/3sdcrRTH_Fw



NO ENSINO FUNDAMENTAL

O Currículo da Cidade do Ensino Fundamental organiza a etapa em três ciclos de aprendizagem, considerando tempos e espaços de desenvolvimento da infância, puberdade e adolescência, que obedecem a movimentos de avanços e recuos na aprendizagem. O propósito é oferecer aos estudantes um maior tempo de aprendizagem no âmbito de cada ciclo, em período longitudinal de observação e acompanhamento, levando em conta seu desenvolvimento integral e as suas características de natureza sociocultural.

Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano)	Ciclo Interdisciplinar (4º ao 6º ano)	Ciclo Autoral (7º ao 9º ano)
Permite às crianças construir seus saberes de forma contínua, respeitando seus ritmos e modos de ser, agir, pensar e se expressar. Nesse período priorizam-se os tempo e espaços escolares e as propostas pedagógicas que possibilitam o aprendizado da leitura, da escrita e da alfabetização matemática e científica, bem como a ampliação de relações sociais e afetivas nos diferentes espaços vivenciados.	Integra saberes e características das diferentes áreas de conhecimento, articulando o contexto e as vivências dos estudantes, para significar as aprendizagens e consolidar o processo de alfabetização, ampliando a autonomia nas atividades de leitura, escrita e a resolução de problemas, a criação de estratégias de organização dos conhecimentos das áreas em relação ao tratamento da informação, investigação em torno de problemas ou hipóteses que facilitam aos estudantes a construção de seus conhecimentos.	Tem como característica principal o desenvolvimento do protagonismo dos estudantes durante a realização de projetos voltados à solução de problemas reais identificados em seu cotidiano. Neste Ciclo, os objetos de conhecimento e as diferentes linguagens dos componentes curriculares são meios pelos quais os estudantes ampliam habilidades essenciais na busca de soluções aos problemas levantados e expandem as habilidades de análise, de argumentação e de sistematização necessárias no enfrentamento de questões sociais, culturais, históricas e ambientais.

Fonte: Currículo da Cidade - Língua Portuguesa, p. 42-45

Com essa premissa, o Programa **Aprender e Ensinar no Ensino Fundamental**, instituído pela Instrução Normativa SME nº 42/2022, organiza em quatro estratégias fundamentais o trabalho pedagógico, considerando as especificidades de cada ciclo de aprendizagem e um olhar integral a cada sujeito nos processos de aprender e ensinar, estabelecendo as ações para 2023 que objetivam a garantia dos direitos de aprendizagem de nossos estudantes.



PROGRAMA APRENDER E ENSINAR NO ENSINO FUNDAMENTAL



FORMAÇÃO CONTINUADA

Direito constituído na Rede, a formação continuada pauta-se na autonomia das Unidades Educacionais como pólos de produção de conhecimento e reflexão sobre suas práticas.

Ações formativas planejadas pela Rede, como: formação presencial para professores alfabetizadores na perspectiva **Rede formando a Rede**; cursos de todos os componentes curriculares que considerem as especificidades de cada área, o **Projeto Formação da Cidade**, remodelado a partir da escuta das escolas, dentre outras ações, objetivam favorecer a qualificação da prática e contribuir para os estudos mais aprofundados e de acordo com as necessidades em horário coletivo que cada equipe realiza, com vistas ao alcance das metas de aprendizagem estabelecidas em São Paulo.

Assim, em 2023, as formações que ocorrerão na escola, articuladas pelos Coordenadores Pedagógicos, precisam ser momentos potentes, garantindo os coletivos das escolas como espaços de reflexão sistemática e de estudos, tanto em JEIFs, como reuniões pedagógicas e momentos de planejamento, articulados ao PPP.

Para tanto, torna-se imprescindível que a escola realize, para estes momentos, um **plano de formação** de acordo com os dados das aprendizagens dos estudantes, bem como os dados da *Avaliação do PEA* e da *Avaliação da UE*, que darão as diretrizes para a escolha de novos caminhos, estratégias de formação e temáticas que serão abordadas no novo ano.



Sugestão de leitura para aprofundamento:

DUTRA, Érica de Faria. Pautas formativas. In : SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações didáticas do Currículo da Cidade:** Coordenação Pedagógica. São Paulo: SME/COPED, 2019. p. 36-39.



Sugerimos no QR Code, para uso em momentos de estudo na Unidade, três situações para reflexão que trazem aproximações às especificidades de cada Ciclo de Aprendizagem.



MATERIAIS DIDÁTICOS

Para apoiar e potencializar as práticas didáticas realizadas em cada espaço escolar, oferecemos aos nossos estudantes materiais didáticos pensados para cada ciclo de aprendizagem, contendo recursos para a organização de ambientes alfabetizadores, espaços educadores, subsídio à ação docente, tanto nas aulas regulares como nas ações de recuperação paralela e contínua. Investimos no acervo da Sala de Leitura, acervo das salas de aula e no programa Minha Biblioteca, bem como no acervo de livros para as salas de professores.

A **Plataforma do Currículo Digital** (<https://currículo.sme.prefeitura.sp.gov.br/>) reúne os materiais didáticos digitais, sequências de atividades, sugestões de projetos, registros de TCAs já realizados que servem de inspiração e aplicação do professor nos momentos de planejamento das aulas.

Neste ano, as escolas receberão *Kits de Experiências Pedagógicas* com materiais de Alfabetização, Matemática, Arte e Ciências Naturais, que contribuirão para a ampliação de ambientes de aprendizagem que garantam o protagonismo dos estudantes proporcionado por experiências práticas e reais.

FORTALECIMENTO DAS APRENDIZAGENS

As ações para o Fortalecimento das Aprendizagens objetivam a garantia da aprendizagem de todos os estudantes, para a ampliação das oportunidades de aprendizagem ofertadas por meio de:

- **Recuperação Contínua:** realizada pelos docentes das classes/turmas, no horário regular dos estudantes, com atividades presenciais e estratégias diferenciadas que os levem a superar suas dificuldades.



- **Recuperação Paralela:** realizada no contraturno escolar, com ações específicas destinadas aos estudantes que apresentam dificuldades na consecução dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada ano e/ou ciclos no Currículo da Cidade.

Quais indicadores balizam os planejamentos das ações pedagógicas de fortalecimento das aprendizagens da escola?

Para os estudantes que precisam de apoio pedagógico para além das aulas regulares, é imprescindível observar os indicadores do mapeamento das aprendizagens que sistematizam os diferentes dados da progressão de suas aprendizagens.

Indicadores de Aprendizagens

- Dados de Sondagem de Alfabetização
- Dados do IAD
- Dados de avaliações externas (Prova São Paulo)
- Registros do Conselho de Classe
- Registros da EMEI

Após escuta da Rede, iniciamos a atualização do Instrumento de Acompanhamento Docente (IAD). Reiteramos a importância de um instrumento diagnóstico ao processo de ensino e aprendizagem e seu papel fundamental do fazer pedagógico. Cabe ressaltar que os modelos propostos não devem ser para engessar a atuação docente, pelo contrário, são recursos para auxiliar o(a) professor(a) em sua tomada de decisão. Outro ponto relevante é que o(a) docente tem total autonomia em fazer substituições que julgar necessárias, os modelos são pontos de partidas, não produtos finais.

Os estudantes que se encontram em níveis de escrita não alfabético e/ou no nível de proficiência abaixo do básico nos resultados da Prova São Paulo devem constar do “Mapeamento dos Estudantes”, que contempla os registros de observação e acompanhamento, bem como as ações planejadas para o avanço de suas aprendizagens.

ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

O Acompanhamento das Aprendizagens na Rede é concebido como ação intencional e permanente que prevê registro, planejamento e intervenção dos processos de ensino e aprendizagem, com o objetivo de problematizar e sistematizar os avanços nas aprendizagens, as dificuldades já superadas e o que permanece como desafio.



Registros qualificados garantem planejamentos mais assertivos que propõem intervenções didáticas centradas nas necessidades de aprendizagem do sujeito. Ou seja, para a construção de planejamentos mais consistentes - que considerem necessidades - as ações de acompanhamento precisam ter registros qualificados, de forma rigorosa e sistemática, com vistas a análises qualitativas de todo o trabalho pedagógico, considerando tanto o aprender quanto o ensinar.

Assim, o acompanhamento parte da análise dos dados de aprendizagem, que devem ser periodicamente atualizados. Para contribuir nas ações de acompanhamento, o documento “Mapeamento dos Estudantes” é mais um instrumento para as equipes das escolas. Este registro contém a lista nominal dos estudantes com dificuldades de aprendizagem bem como o detalhamento das ações que serão realizadas. Vale ressaltar que a organização desse registro considera o direito do estudante a ser acompanhado de forma integral e individualizada.

Quais são os indicadores mínimos para o “olhar” sobre cada estudante?

Mapeamento dos estudantes

- Acompanhado pelo PAEE?
- Possui Plano de AEE?
- A quais ações da Rede de Apoio tem acesso?
- A quais ações de Recuperação Contínua tem acesso?
- Participa do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP)?
- Participa de Projetos do Mais Educação? Em quais eixos?
- Participa dos Projetos de Fortalecimento das Aprendizagens?
- Participa do Programa São Paulo Integral?
- Qual a hipótese de escrita do(a) estudante?
- Como estão os dados de Avaliações Externas / Prova São Paulo?
- Como estão os dados de Avaliações Internas?
- Como está a sua frequência? Quais ações de busca ativa?

O documento disponível no QR Code é uma recomendação para este registro de responsabilidade de todos os sujeitos implicados na ação pedagógica, sendo acompanhado pela equipe gestora e coletivo da Unidade.

<https://drive.google.com/drive/folders/1937JVNeThk5-ctrzZf1DgpcG6Qo96Ric>



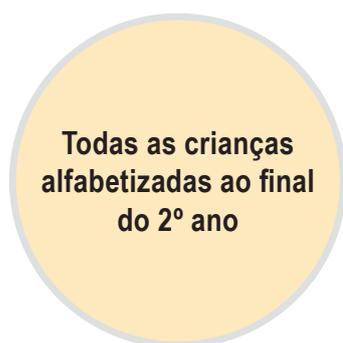
Além da indicação do registro “Mapeamento dos estudantes”, para 2023 planejamos a implementação de documentos pedagógicos denominados **Indicadores de Acompanhamento dos Ciclos**, considerando as especificidades de cada fase, a fim de contribuir nas inúmeras ações de acompanhamento que cada escola sistematizará para atuar na garantia do desenvolvimento e aprendizagem com as estratégias didáticas qualificadas.



O olhar apurado para as especificidades de cada ciclo de aprendizagem promove planejamento e intervenções imprescindíveis, por meio das ações de acompanhamento. Algumas questões básicas e iniciais podem contribuir para as reflexões pré-planejamento:

CICLO DE ALFABETIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Os registros da Educação Infantil estão considerados nos planejamentos? • A rotina considera o brincar como direito dessa fase? • As 4 situações didáticas básicas da alfabetização estão contempladas na rotina planejada, a saber: leitura pelo estudante, leitura pelo professor, escrita pelo estudante, escrita pelo professor? • O espaço está intencionalmente organizado para garantir maiores oportunidades de aprendizagem, com interatividade entre o estudante e o objeto de conhecimento? • Os agrupamentos produtivos são organizados de acordo com os saberes dos estudantes? • A literatura, a alfabetização matemática e a alfabetização científica estão presentes de forma robusta nos planejamentos? • As práticas sociais diversas estão presentes nos planejamentos?
CICLO INTERDISCIPLINAR	<ul style="list-style-type: none"> • Há ações planejadas para a realização da transição dos estudantes do 5º para o 6º ano? • Os planejamentos integram os saberes básicos construídos no ciclo anterior? • Os registros de acompanhamento das aprendizagens do 4º e 5º ano foram compartilhados com os professores do 6º ano garantindo um olhar para a integralidade dos estudantes? • Os planejamentos integram os diferentes componentes curriculares / áreas? • As decisões para efetivar as ações de fortalecimento das aprendizagens estão ancoradas nos dados de aprendizagem registrados no ano anterior?
CICLO AUTORAL	<ul style="list-style-type: none"> • Os planejamentos dos componentes curriculares/áreas estão articulados entre si garantindo aos estudantes reflexões mais conectadas? • As ações didáticas planejadas colocam os estudantes como autônomos e protagonistas da aprendizagem? • As metodologias ativas, a problematização, o ensino por investigação, a construção de argumentação são elementos que estão presentes no cotidiano da escola? • O Trabalho Colaborativo de Autoria – TCA, elaborado pelo coletivo de estudantes, acompanhado sistematicamente por todos professores do Ciclo Autoral já é planejado desde a revisita do PPP?

A organização por ciclos prevê que as ações planejadas nos três anos que compõem cada fase precisam estar plenamente conectadas, garantindo processos contínuos de formação e que visem ao alcance das metas estabelecidas para a Rede Municipal de Ensino.



As estratégias delineadas pelo *Programa Aprender e Ensinar*, além de trazerem o que é essencial para o trabalho pedagógico do Ensino Fundamental, coloca em foco a necessidade do olhar apurado para cada fase dos estudantes. Em todas elas, destacamos a importância de garantir que os estudantes sejam protagonistas e coparticipantes, junto com o professor e os colegas da classe, de sua aprendizagem e das aprendizagens dos demais.

NO ENSINO MÉDIO

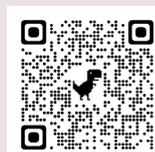
O ano de 2022 foi de implementação das mudanças iniciadas em 2020, para atendimento da legislação federal relativa ao Ensino Médio, ação desafiadora para todas as escolas da nossa Rede que contemplam esta etapa.

Foi um período de implementações, retomadas, redimensionamentos e reescritas. Um tempo de ressignificações e novos olhares, trazendo à luz algumas necessidades fundamentais para a efetiva consolidação do Currículo da Cidade Ensino Médio e das Unidades de Percurso que compõem os Itinerários Formativos.

FORMAÇÃO GERAL	ITINERÁRIO INTEGRADOR	ITINERÁRIO FORMATIVO
Baseado na BNCC, este bloco traz os componentes curriculares já conhecidos. Estão previstas aulas de todos, e o Currículo da Cidade – Ensino Médio traz os quadros de Objetos de Conhecimento e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento de cada um deles.	Este bloco de componentes possibilita ao estudante da 1ª série o contato com as diferentes áreas de conhecimento. Tem carga horária diferenciada entre o período noturno, e engloba tanto os Recursos para integração quanto a integração das áreas de conhecimento.	Este bloco de componentes, que é ofertado a partir da 2ª série, traz tanto os Recursos para Integração quanto as Unidades de Percurso de Aprofundamento e de Formação Profissional.

Neste QR Code é possível visualizar a síntese de cada Unidade de Percurso, ofertada aos estudantes em agosto/2022. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1li2K0fLh6kLB2dx2fKi4XeKBX4U6Yooy?usp=share_link



O ano de 2023 chega, portanto, repleto de expectativas e demandas, em diferentes dimensões. A primeira grande ação, que se configura de extrema importância, é a necessidade de redimensionar o PPP, contemplando o novo formato do Ensino Médio e os consequentes impactos no cotidiano escolar, o que significa efetivar a promoção de reflexões e estudo aprofundado em conjunto com toda a comunidade escolar (estudantes, famílias e educadores), para garantir a compreensão de todas as mudanças e nova organização e objetivos que o Ensino Médio propõe.

O Projeto Político-Pedagógico como irradiador das práticas curriculares. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Subsídios de apoio e orientação à implementação do Currículo da Cidade no Ensino Médio.** São Paulo: SME/COPEd, 2021. p. 31-37. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1JUi-2ZrXVkbEQqtYJ-2meLoHyBZBwduy/view?usp=share_link



A importância da interação entre os diferentes atores da comunidade escolar. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação.

Orientações didáticas e outros aportes de apoio ao trabalho pedagógico no Ensino Médio. São Paulo: SME/COPEd, 2021. p. 74. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1yl3dUyJFgoUYDfIMe8hflhEvN3hmBma/view?usp=share_link



Algumas estratégias podem colaborar no processo de consolidação: formação continuada dos profissionais que atuam no Ensino Médio, articulação, acompanhamento e avaliação.

FORMAÇÃO

Em 2023, as EMEFMs contarão com um Coordenador Pedagógico dedicado exclusivamente ao Ensino Médio. Isso significa que as escolas poderão organizar um **plano formativo** que atenda às especificidades desta etapa.

Estudando o Currículo da Cidade - Ensino Médio. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações didáticas e outros aportes de apoio ao trabalho pedagógico no Ensino Médio.** São Paulo: SME/COPEd, 2021. p. 49-57. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1O2Rc6Zirnsh3_FFnBlO6fhUXwmbXd8l8/view?usp=share_link



Os horários coletivos agruparão os profissionais que se dedicam exclusivamente ao Ensino Médio, o que possibilitará reflexões mais aprofundadas. Dessa forma, precisam compor as pautas constituídas, para os momentos de formação na escola, temáticas como: a nova configuração do Ensino Médio e suas conseqüentes as mudanças e qualificação de tempos, espaços e ambientes; a avaliação das aprendizagens sob uma nova perspectiva; a educação para as relações étnico-raciais e com vistas à promoção de práticas antirracistas; e as discussões que contribuem para uma educação pautada nas relações de gênero e diversidade.

Outro ponto de extrema relevância que deve ser abordado nas diferentes ações formativas e, também, permear todos os planejamentos, é a concepção de **Juventudes, sua diversidade e sua voz**, para garantir que todos os estudantes participem dos processos decisórios inerentes ao seu processo de aprendizagem e sejam protagonistas no cotidiano escolar.

Concepção de juventudes SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade:** Ensino Médio. São Paulo: SME/COPED, 2021. p. 13-14. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1LjVZRegnt_DibllUmj2d5FG0q5E7nFuQ/view?usp=share_link



DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, p. 40-52, 2003. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/178JvliA56U0TqAOSLBEzGc1CNPq5BnV/view?usp=share_link



ARTICULAÇÃO

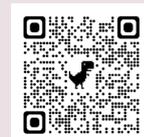
Mais do que nunca, a articulação deve ser um conceito amplamente debatido nas escolas. O Novo Ensino Médio, em sua essência, pressupõe uma intensa articulação entre os diferentes componentes curriculares de uma área de conhecimento, entre as diversas áreas, e entre os diferentes atores que o integram.

É importante buscar, ainda, a articulação entre as diferentes escolas. Entrar em contato com diferentes opiniões sobre o mesmo assunto pode fazer com que o olhar dos jovens se torne mais apurado.

- A escola conhece os equipamentos culturais da Cidade que possuem consonância com seu PPP ou com as Unidades de Percurso?
- A escola promove o encontro dos estudantes com pessoas que possam, a partir de sua experiência (de vida ou profissional), agregar conhecimento e contribuir com o Projeto de Vida dos estudantes?
- A escola já buscou as alternativas de ampliação da sala de aula para além do seu entorno?

Unidades de Percurso por escolas:

https://drive.google.com/drive/folders/15RNMYNuJ-l-b5UlzAm8ufVTzz4Awf9h4?usp=share_link



Outra ação possível, e valiosa, é a valorização das diversas oportunidades que potencializam as ações implementadoras na Cidade, tanto nos equipamentos culturais da Cidade, como no contato com pessoas que possam agregar experiências ao cotidiano escolar. Compreender o alcance dessas articulações resvala no conhecimento da sua existência na Cidade.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

As profundas alterações no Ensino Médio pressupõem também a alteração no olhar relativo à avaliação e ao acompanhamento das aprendizagens. Uma vez que os estudantes são sujeitos de suas aprendizagens e protagonistas na escolha de seus itinerários formativos, mudar a perspectiva avaliativa torna-se premente. Avaliar esse estudante, portanto, deve ser uma ação interdisciplinar e integrada, sob a perspectiva formativa e colaborativa.

Da mesma forma, o acompanhamento das aprendizagens precisa ser ressignificado. Com base em seu *Projeto de Vida*, o estudante tem acesso a diferentes percursos, moldados de acordo com as suas escolhas e, conseqüentemente, sua trajetória e aprendizagens passam a ser individualizadas, exigindo que o mesmo aconteça com o acompanhamento de seu progresso, que deve ser permeado de escuta ativa, diálogo e alinhamento das diferentes ações da escola.

Sabemos que as juventudes presentes nas escolas são extremamente diversas, os estudantes apresentam especificidades e ritmos diferentes de apreensão de conhecimentos e trilham diferentes percursos. Isso faz com que seja muito difícil avaliar as aprendizagens por meio de instrumentos padronizados. Da mesma maneira, instrumentos de acompanhamento pautados numa “igualdade” inexistente entre os estudantes não será capaz de contribuir de maneira efetiva com a qualificação das aprendizagens.

A construção coletiva de instrumentos de avaliação e a criação de instrumentos de coleta de dados diversificados e integrados são, portanto, ações necessárias nesse novo panorama do Ensino Médio. Dessas discussões é necessário que surjam dispositivos avaliativos diferenciados e integrados, bem como estratégias de acompanhamento coerentes com o Currículo da Cidade – Ensino Médio e com a estrutura diferenciada dessa etapa da Educação Básica.

Ep. 2 - Gestão Orientada para Resultados. Websérie **Nunca Me Sonharam**.

Instituto Unibanco. Disponível em:

Vídeo: <https://youtu.be/EXdCOA-le3A>



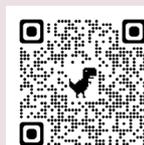
Por uma avaliação a favor do processo de aprendizagem. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações didáticas e outros aportes de apoio ao trabalho pedagógico no Ensino Médio**. São Paulo: SME/COPED, 2021. p. 93-98. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1bVx5nACz2POB99gFEHzRgmO26EkHmwL-/view?usp=share_link



GUERRA, Miguel Angel Santos. **Uma flecha no alvo**: a avaliação como aprendizagem. São Paulo: Loyola, 2007. Síntese da introdução. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1DI2wGFdMs1JSaLoqfFR01hkGZtIMV3fK/view?usp=share_link



NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Revisitar o PPP significa considerar todo o contexto que vivencia nosso estudante jovem, adulto e idoso, e os fatores que impactam em sua decisão de voltar a estudar e/ou concluir seus estudos. Neste processo, um importante desafio que nos move é o alcance da meta 10 do Plano Municipal de Educação: superar [...] o analfabetismo absoluto na população com 15 (quinze) anos ou mais e ampliar a escolaridade média da população. (SÃO PAULO, 2015).

Para o alcance da meta e dos objetivos no nosso território e comunidade escolar, as ações de **formação, articulação, acompanhamento, avaliação das aprendizagens e busca ativa** continuam sendo medidas fundamentais no trabalho de todos os envolvidos com a EJA.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Educadores, gestores e profissionais que atuam na EJA têm a complexa incumbência de planejar ações, estratégias e práticas pedagógicas significativas, alinhadas, sobretudo, às concepções e aos conceitos que embasam o Currículo da Cidade, e à construção identitária do Projeto Político-Pedagógico de cada uma das Unidades Educacionais que ofertam a EJA, nas suas diferentes formas de atendimento. Mas que, especialmente, atendam as necessidades de aprendizagem de cada estudante e de todos.

Diante disso, os momentos destinados à formação continuada na Unidade Educacional necessitam contemplar temas que permeiam o Currículo da Cidade e atravessam as diferentes identidades dos sujeitos da EJA.

A Formação da Cidade da EJA terá como foco a reflexão acerca da prática docente sobre os processos de ensino-aprendizagens de jovens, adultos e idosos, a fim de garantir o direito às aprendizagens de todos os estudantes. Os conteúdos reverberarão na formação na Unidade Educacional com atendimento da EJA, e podem fazer parte do plano de formação que está sendo construído neste momento pela coordenação pedagógica, docentes e equipe escolar.

Para a construção deste plano de formação e dos planos de ensino docente, vale retomar a essência das diferentes etapas da EJA.

1º SEGMENTO	
Etapa de Alfabetização / Módulo I	Etapa Básica / Módulo II
Objetiva a alfabetização e o letramento como forma de expressão, interpretação e participação social, no exercício da cidadania plena, ampliando a leitura de mundo do jovem e do adulto, favorecendo a sua formação integral, por meio da aquisição de conhecimentos, valores e habilidades para leitura, escrita e oralidade, as múltiplas linguagens, que se articulam entre si e com todos os componentes curriculares, bem como a solução de problemas matemáticos.	As aprendizagens relacionadas à Língua Portuguesa, Música, Expressão Corporal e demais linguagens, assim como o aprendizado da Matemática, das Ciências, da História e da Geografia devem ser desenvolvidos de forma articulada, tendo em vista a complexidade e a necessária continuidade do processo de alfabetização.

2º SEGMENTO

Etapa Complementar / Módulo III

Representa o momento da ação educativa para jovens e adultos com ênfase na ampliação das habilidades, conhecimentos e valores que permitam um processo mais efetivo de participação na vida social.

Etapa Final / Módulo IV

Objetiva enfatizar a capacidade do jovem e do adulto em intervir em seu processo de aprendizagem e em sua própria realidade, visando à melhoria da qualidade de vida e à ampliação de sua participação na sociedade.

PLANEJAMENTO

Cada jovem, adulto ou idoso que inicia ou retorna os estudos na EJA traz consigo uma série de conhecimentos — escolares ou não — que precisam ser articulados, por meio de estratégias de ensino-aprendizagem, metodologias adequadas, projetos interdisciplinares e ações pedagógicas, sobretudo aos princípios do Currículo da Cidade da EJA, ao Projeto Político-Pedagógico e aos planos de trabalho de cada uma das Unidades Escolares.

Neste sentido, o planejamento se constitui como lugar privilegiado para a construção e o desenvolvimento destas articulações. Portanto, ao planejar, é importante que gestores, professores e demais profissionais da escola:

- **Analise** os eixos estruturantes, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do seu componente curricular;
- **Identifique** as possíveis integrações entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do seu componente curricular e das diferentes áreas do conhecimento;
- **Compreendam** o papel que cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento representa no conjunto das aprendizagens previstas para cada ano de escolaridade;
- **Avaliem** os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento trabalhados em anos anteriores, tanto para diagnosticar em que medida já foram alcançados pelos estudantes, quanto para identificar como poderão contribuir para as aprendizagens seguintes;
- **Criem** as estratégias de ensino, definindo o que vão realizar, o que esperam que seus estudantes façam e o tempo necessário para a execução das tarefas propostas, lembrando que a diversidade de atividades enriquece o currículo;
- **Assegurem** que o conjunto de atividades propostas componha um percurso coerente, que permita aos estudantes construir todos os conhecimentos previstos para aquele ano de escolaridade;
- **Selecionem** os materiais pedagógicos mais adequados para o trabalho com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, contemplando livros didáticos e recursos digitais;

- **Envolvam** os estudantes em momentos de reflexão, discussão e análise crítica, para que também possam avaliar e contribuir com o seu próprio processo de aprendizagem;
- **Registrem** o próprio percurso e o do estudante e veriquem quais objetivos ainda não foram alcançados.

Fonte: Currículo da Cidade - EJA p.55

Para além das articulações dos saberes nos espaços escolares, a realização de parcerias com espaços culturais, como museus, casas de cultura, cinemas, bibliotecas, teatros, entre outras, bem como com outras instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas e redes de proteção, tem se consolidado como um recurso indispensável para assegurar o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na EJA. É importante pensar em como esta integração articulada entre os diversos setores, intra e extraescolares, pode fortalecer e enriquecer, sobremaneira, os processos de aprendizagem dos estudantes.

Sendo assim, o tempo e o espaço destinados ao planejamento propiciam uma boa oportunidade para se refletir sobre a importância dessas estratégias de articulação e integração e como incorporá-las ao PPP da Unidade, a fim de potencializar as trocas de experiências e saberes entre toda a comunidade escolar.

MATERIAIS DIDÁTICOS

Visando fortalecer as práticas pedagógicas na EJA, as Unidades Educacionais receberão, no primeiro semestre de 2023, materiais didáticos: “Almanaque EJA: História da Educação de Jovens e Adultos em de São Paulo”, para os estudantes das etapas Complementar e Final, e os cadernos “Tecendo Saberes na EJA”, para as Etapas de Alfabetização e Básica. As versões web destes materiais estarão disponíveis no link: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/publicacoes-eja/>, onde é possível encontrar outros materiais didáticos e pedagógicos para a EJA já publicados pela Rede.

Além dos materiais didáticos, as Unidades também receberão acervo literário com títulos adequados ao público jovem, adulto e idoso.

RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DAS APRENDIZAGENS

As ações de recuperação, ampliação e aprofundamento das aprendizagens, nas diferentes formas de atendimento da EJA, objetivam a garantia das aprendizagens e a diversificação de conhecimentos de todos os estudantes.



As salas de EJA são bastante heterogêneas, e os estudantes apresentam especificidades e ritmos diferentes de aprendizagem. Nesse sentido, a diversificação curricular exercida na pedagogia de projetos e nas atividades de recuperação contínua, de forma não padronizada, são fundamentais para garantir a construção, o desenvolvimento, a ampliação e aprofundamento dos saberes de todos.

REGISTROS

A documentação e registros do processo pedagógico são de grande relevância para dirigir as ações didáticas, que podem ser constituídas de diversas formas. Os registros, que podem ser sondagem, dados de avaliações externas, avaliações internas, portfólios, relatórios de atividades dos estudantes, frequência, por exemplo, dão suporte para orientar e reorientar o plano de trabalho das equipes escolares.

Desta forma, os registros das aulas, atividades, projetos, avaliações e resultados alcançados em cada parte do processo de ensino-aprendizagem precisam ser permanentes e sistematizados.

ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

As estratégias de acompanhamento das aprendizagens também requerem uma atenção especial. Compreender as dificuldades e potencialidades de cada estudante é fator crucial para perceber seu avanço dentro do processo de aprendizagem.

Na EJA, este acompanhamento se inicia desde o momento da matrícula do estudante, mediante escuta qualificada dos gestores e demais profissionais da escola sobre a sua história de vida, vivências, expectativas, formação cultural, saberes formais e não formais, condições socio-

econômicas e existência, ou não, de escolarização anterior. Esse processo é fundamental, inclusive, para o bom acolhimento, a criação e o fortalecimento dos vínculos do estudante com a escola.

Já para o acompanhamento das aprendizagens ao longo do ano, é importante que professores e gestores retomem o planejamento das ações e se questionem:

EM TODAS AS ETAPAS

- Os estudantes da EJA estão frequentando a escola? Como estão as ações de busca ativa na Unidade?
- As atividades contemplam temáticas, interesses e possuem abordagens e linguagens condizentes com o mundo adulto, de forma a não se caracterizarem como atividades infantilizadas?
- Os processos de ensino-aprendizagem possibilitam o avanço do estudante para a próxima etapa?
- Os estudantes estão participando dos projetos pedagógicos da escola?
- Como estão os índices das avaliações internas e externas dos estudantes?

NA ETAPA DE ALFABETIZAÇÃO / MÓDULO 1

- Estão sendo garantidas atividades que possibilitam a alfabetização e o letramento do estudante como forma de expressão, interpretação e participação social, no exercício da cidadania plena?
- As atividades de alfabetização ampliam a leitura de mundo do jovem, adulto ou idoso, favorecendo a sua formação integral, por meio da aquisição de conhecimentos, valores e habilidades para leitura, escrita e oralidade?
- As atividades de alfabetização contemplam as múltiplas linguagens, de forma articulada com todos os componentes curriculares?
- As atividades de matemática contemplam a solução de problemas, considerando os processos de cálculos mentais já desenvolvidos pelos estudantes?

NA ETAPA BÁSICA / MÓDULO 2

- As aprendizagens são desenvolvidas de forma articulada, de modo a garantir a continuidade do processo de alfabetização?
- Os estudantes são preparados para a etapa seguinte, em que os componentes curriculares e as relações professor-estudantes se darão com docentes especialistas?

NA ETAPA COMPLEMENTAR / MÓDULO 3

- A alfabetização e letramento do estudante está consolidada?
- A ação educativa efetiva-se e promove as habilidades e competências necessárias para maior participação da vida social do estudante?

NA ETAPA FINAL / MÓDULO 4

- As atividades realizadas na escola possibilitam ao estudante jovem, adulto ou idoso intervir em seu processo de aprendizagem e em sua própria realidade, visando à melhoria da qualidade de vida e ampliação de sua participação na sociedade?

Para responder a essas indagações, de forma adequada e coerente com toda a multiplicidade cultural e etária dos sujeitos da EJA, os instrumentos avaliativos e de acompanhamento das aprendizagens precisam ser igualmente múltiplos.

ACOLHIMENTO E BUSCA ATIVA

Muito do sucesso dos estudantes da EJA, nesta jornada pela escolarização e construção de saberes científicos e formais, depende da relação entre as expectativas do que desejam aprender e o tipo de atenção que lhes é dedicada na escola, no que diz respeito às suas necessidades educacionais. Por isso, o olhar, a escuta ativa e o diálogo significativos, de fato, são essenciais desde o atendimento no momento da matrícula até o dia da sua formatura. O acolhimento aos estudantes e a busca ativa, portanto, são processos contínuos, exercitados cotidianamente, dentro dos tempos e espaços escolares e demais ambientes de aprendizagem e trocas de conhecimentos.

FORMAÇÃO DA CIDADE

Para potencializar os processos de formação institucionalizados, a SME organizou a Formação da Cidade, objetivando formar comunidades de professores, por modalidade/etapa/área/componente curricular, nos territórios, favorecendo trocas entre os pares e a consolidação das concepções do Currículo da Cidade e de seus princípios orientadores. Para 2023, a Formação da Cidade (IN nº 53/2022) foi reformulada para fortalecer os espaços de reflexão coletiva nas Unidades Educacionais, garantir momentos de formação presencial para professores com demandas mais específicas, como PAP, PAEE, POED e POSL, bem como garantir formação também para as equipes gestoras.



FORMAÇÃO DA EQUIPE GESTORA

A equipe gestora busca equilibrar as tarefas administrativas e pedagógicas, buscando garantir o bom funcionamento das Unidades Educacionais, articulando a gestão pedagógica, dos recursos financeiros e humanos em prol da garantia de acesso, permanência e das aprendizagens de bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino.

Considerando a importância do trabalho realizado, foram regulamentadas, por meio da Instrução Normativa nº 46/2022, as horas de formação e aperfeiçoamento contínuos para os gestores educacionais: Coordenadores Pedagógicos, Assistentes de Diretor de Escola, Diretores de Escola e Supervisores Escolares.

É importante salientar a necessidade de reconhecer e fortalecer o trabalho coletivo entre os membros da equipe gestora, com ações formativas que consolidem os pressupostos do Currículo da Cidade e garantam a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Para tanto indicamos:

- que a elaboração do horário da equipe gestora considere as necessidades de cada Unidade Educacional, de modo que potencialize os momentos de formação e autoformação, individual ou de forma coletiva, da gestão.
- o percurso formativo para todo o ano de 2023 será realizado em parceria com as Diretorias Regionais de Educação que continuarão articulando e desenvolvendo ações junto com gestores e gestoras.

Sugestões de textos e vídeos para subsidiar as horas de autoformação, no mês de fevereiro, pautados na construção do Projeto Político-Pedagógico, documento que une toda a Rede.



PLANO FORMATIVO 2023



GESTÃO

- Supervisores Escolares
- Diretores Escolares
- Assistentes de Direção
- Coordenadores Pedagógicos

Ações da DRE

Formações/Reuniões
de trabalho organizados
pela DRE para os
gestores

Seminários Regionais
Previsão - Junho/2023

Percurso formativo
assíncrono via
plataforma

4h de estudo
+ 4h de articulação
com a equipe

Cursos

Especialização
Tempo: uso das
horas de formação
+ tempo extra

GT Gestão Escolar

**Construção do
Currículo da Cidade:**
Gestão Escolar

Presencial

- Na DRE com pauta da Rede:
- Educação Infantil
 - Ensino Fundamental
- Na SME:
- Ensino Médio

A FORMAÇÃO PARA OS DOCENTES

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL



DOCENTE

- CEI
- EMEI
- CEMEI
- EMEBS

- Professores em Regência

Caráter Optativo

- Professores em Módulo

Março a Novembro

Percursos

- **Berçário e Minigrupo:** A Educação Infantil de 0 a 3 anos nos Espaços Coletivos de Educação na Cidade de São Paulo.
- **Infantil:** A Organização de Contextos de Aprendizagem e Desenvolvimento para crianças de 4 e 5 anos na Cidade de São Paulo.

Unidades Diretas

- **36 horas:** 4h/mês (assíncronas)
- **12 horas:** 9 encontros mensais de 1h20 (síncronos)

48 h/aula

Unidades Parceiras

- **5h20:** mensais (assíncronas)

PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



DOCENTE

- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Março a Novembro

48 h/aula

36 h/a
4 por mês
assíncrona

6 h/a
3 encontros
de 2 h/cada
síncrona

6 h/a
3 encontros
de 2 h/cada
live

Percursos

- EF - Por Ciclo de Aprendizagem (Alfa/Inter/Autoral)
- EM - Por Área do Conhecimento (CH/CN/MAT/LINGUAGENS)
- EJA (Alfa e Básica/Complementar e Final)

ABRIL
JUNHO
OUTUBRO

Encontros

- EF por área/por DRE
- EM por área/todas as UEs
- EJA por segmento/por DRE

MARÇO
AGOSTO
NOVEMBRO

Temas Inspiradores

CP articula movimento formativo enquanto professores realizam o percurso das formações da Cidade do mês

POSL: 1ª Semana do mês
POED: 2ª Semana do mês
PAP: 3ª Semana do mês
PAEE: 4ª Semana do mês

Com dias da semana alternados

Formação Presencial mensal na DRE com dispensa de horas

A LEITURA...

LIVROS PARA FORMAÇÃO	Uma das principais inovações do ano de 2023 são os livros para formação em todas as áreas. Considerando o Currículo da Cidade, a IN SME Nº 46/2022, o PPP de cada Unidade Educacional, o PEA e todos os Projetos, foram selecionados títulos que serão enviados a todas as UEs da Rede.
CLUBE DE LEITURA: "LEIA, EDUCADORA! LEIA, EDUCADOR!"	Em continuidade ao clube de leitura, para o ano de 2023, foram escolhidos 130 títulos. Todas as Unidades Educacionais (diretas e parceiras) receberão 02 exemplares de cada título.
MINHA BIBLIOTECA - MB	Todas as Unidades Educacionais participam do projeto: Educação Infantil (parceira e direta), EMEF, EMEBS, CECI, CEMEI, CIEJA, EMEFM e MOVA.
ACERVO INICIAL/ COMPLEMENTAR	O acervo é um projeto destinado à manutenção e atualização das Salas e Espaços de Leitura em todas as Unidades Educacionais da Rede.
CLUBE DE LEITURA: ODS	O Clube de Leitura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU para incentivar crianças de 6 a 12 anos a conhecer mais sobre os ODS.
PERIÓDICOS	Ler e aguardar, mês a mês, uma nova história do seu herói favorito, o desfecho de uma batalha ou o assunto da próxima capa de revista faz parte da experiência de leitura de periódicos. Neste ano, a novidade é a chegada de heroínas, heróis e personagens que fazem parte do imaginário dos estudantes, possibilitando a oportunidade de desenvolver a leitura seriada.
COLEÇÕES	Às vezes, o autor tem uma ideia tão boa que não cabe em um livro só. E para os leitores o livro é tão bom que não basta ler apenas um, é preciso que a história continue para que se possa acompanhar os enredos envolventes e seus personagens. Pensando assim, e atendendo às solicitações dos nossos estudantes, chegam, pela primeira vez, às Salas de Leitura, diversas coleções.
Projeto SAEL 2023	https://www.canva.com/design/DAFWtkZ5gYw/Q0mftvZzX0cD68_eBeZb5A/view?utm_content=DAFWtkZ5gYw&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton#13 

Desejamos que as palavras aqui propostas sirvam para inspirar, visitar os princípios que defendemos, de **equidade, inclusão e integralidade**. Que esses dias iniciais sejam momentos de reencontro e planejamento de boas ações pedagógicas que reverberem em garantia de direitos.

COCCEU

REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

UNIDADES EDUCACIONAIS

As Unidades Educacionais devem ser instituições que tenham como princípios basilares a democracia e os direitos humanos, desde a organização ao funcionamento, abrangendo, inclusive, a prática educacional. Desta forma, constituem um contexto que é por si educativo e formador de valores, cumprindo, assim, a sua finalidade social de formar cidadãos que possam viver num país democrático de modo autônomo, participando da sociedade como sujeitos de direito, contribuindo para o fortalecimento dos valores da solidariedade, da justiça e da responsabilidade de forma coletiva.

É neste sentido que se destaca a existência de um constante exercício de cidadania, permeando todo o Currículo e ações nas Unidades que favorecem o respeito, os direitos humanos, a solidariedade e o diálogo entre diferentes atores: educadores, estudantes, famílias e comunidades escolares, por meio do fortalecimento de organizações democráticas, como: Conselho de Escola, Conselho de Classe, Reunião de Pais, Grêmios Estudantis, Assembleias Infantis e Juvenis, Assembleias Escolares, Comissões de Mediação de Conflitos, dentre outras, que são mobilizadoras e estratégicas na prevenção dos conflitos e ações violentas.

Cada Unidade Educacional deve, então, promover e solidificar a participação coletiva de todos os agentes que integram a comunidade escolar, cada qual em sua plena importância na construção de uma educação participativa e horizontal.

O Currículo da Cidade e as diretrizes da Matriz de Saberes são referências que subsidiam e podem direcionar os planejamentos comprometidos com valores e princípios a fim de corroborar com a formação dos estudantes, considerando o que cada faixa etária/ano deve aprender para transformar suas realidades e a do seu entorno.

Tendo, então, como princípio que o Projeto Político-Pedagógico deve estar articulado com os conceitos e temas elencados, que corroboram para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o processo de ensino e aprendizagem, a Gestão Democrática e a Educação em Direitos Humanos são objetos que necessitam ser redimensionados, neste documento, a partir das realidades diversas e específicas dos territórios onde as Unidades Educacionais estão inseridas, tendo como premissas os três conceitos orientadores do Currículo da Cidade: a Educação Integral, a Equidade e a Educação Inclusiva.

Com vistas a potencializar a Educação em Direitos Humanos e a Gestão Participativa, o Projeto Político-Pedagógico deve contemplar, em toda a sua construção, execução e (re)planejamento, possibilidades que permitam a articulação de temas tangentes a estas temáticas e ao processo de ensino e aprendizagem, ressaltando o impacto do trabalho neste processo.

REVISITAR - UES

O PPP de cada Unidade Educacional deve propiciar que a escola seja um espaço social privilegiado com vistas à construção de iniciativas para a reflexão sobre as desigualdades, as violências do cotidiano, os desafios do convívio e as diversas formas de discriminação, tendo em vista uma gestão participativa e democrática, a partir de abordagens pedagógicas que dão voz aos estudantes e comunidade escolar, reconhecem e valorizam suas ideias, opiniões e experiências de vida, além de permitir que façam escolhas e participem ativamente das decisões tomadas no ambiente escolar.

Além disso, este documento deve abarcar o fortalecimento da rede de proteção social e a garantia da dignidade e igualdade de oportunidades, uma vez que a escola é um espaço democrático na construção de saberes fundamentais – que contribui de forma direta para a formação de cidadãos éticos, responsáveis e solidários ao fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva – e é tida como ponto de referência em cada território. É, assim, o local que estabelece constante diálogo com a comunidade, atendendo e acolhendo a todos, buscando contribuir com as necessidades de cada estudante e seus familiares no que tange, inclusive, ao enfrentamento às diversas vulnerabilidades que impossibilitam o desenvolvimento integral do educando.

Desta forma, a parceria entre os equipamentos do território (saúde, educação, assistência, etc.) é fundamental para o fortalecimento das redes de cuidado e proteção e na prevenção às doenças e promoção à saúde dos bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Com o intuito de subsidiar as reflexões, debates, planejamentos coletivos e elaboração do PPP, é importante que os educadores da Rede Municipal de Ensino considerem as seguintes proposições:

NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

- Quais situações podem desencadear algum tipo de violência na Unidade Educacional?
- Todas as violências podem ser relacionadas à Educação em Direitos Humanos? De quais formas?
- Como essas violências podem ser prevenidas a partir da reflexão e do estudo sobre a Educação em Direitos Humanos?
- Há integração entre as Comissões de Mediação de Conflitos e outras instâncias participativas?
- Toda a comunidade escolar se reconhece pertencente ao processo de construção coletiva de ações e encaminhamentos das Comissões de Mediação de Conflitos?
- Quais encaminhamentos e ações serão desenvolvidos?

NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Como exercer democraticamente a participação de todos, tirando a teoria do papel e transformando em ação de todos os segmentos, nas Unidades Educacionais?
- Como planejar a comunicação horizontalizada de maneira intencional?
- Quais são os pontos fortes e as fragilidades das instâncias de participação da sua Unidade Educacional?
- Quais ações e encaminhamentos serão desenvolvidos para fortalecer e ampliar a participação da comunidade escolar?

NO CUIDADO, SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Há articulação entre a gestão da Unidade Educacional e a Unidade Básica de Saúde e demais serviços de referência do território?
- Os estudantes participam da seleção dos temas que serão trabalhados durante o ano no que se refere ao Programa Saúde na Escola?
- Os temas prioritários do PSE escolhidos para serem trabalhados estão articulados ao PPP? Isso facilita o diálogo e a interlocução com a rede de proteção e cuidado do território, a prevenção às doenças, promoção à saúde e o enfrentamento das vulnerabilidades?

Visando, ainda, a formação cidadã e integral dos nossos estudantes, acredita-se na potência emancipatória da fruição e da produção artística, do acesso aos mais diversos modos de expressões culturais e na fundamental importância do seu impacto na dinâmica do ensino-aprendizagem, transbordando, assim, a rotina escolar em seu processo de ensinar e aprender arte na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I, II e Médio, e na Educação para Jovens e Adultos.

Nesse sentido, é de grande valor que as Unidades Educacionais possam revisar o PPP, tendo como base alguns questionamentos:

NA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA

- Há promoção de apresentações e ações artísticas, culturais, literárias e poéticas entre as turmas e entre as UEs do entorno, a fim de estimular a expressão artística e a fruição coletiva?
- A UE possui projetos de musicalização e/ou ensino de música? Em caso negativo, qual é o obstáculo que inviabiliza ações na área?
- Os estudantes participam de passeios e visitas aos equipamentos de cultura, arte, lazer e entretenimento da Cidade de São Paulo, a fim de ampliar a sua formação integral e garantir a vivência sensível, alinhada ao Currículo da Cidade?

NA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO ESPORTE E MOVIMENTO

Com foco na necessidade de promover a educação integral dos estudantes, bem como sua ampliação cultural relacionada à linguagem de Educação Física Entende-se que é fato que assim como citado no “Currículo da Cidade - Educação Física”, as quatro modalidades não representam de forma suficiente um instrumento de desenvolvimento da linguagem “Educação Física”, porém, tão equivocado quanto fomentar a utilização dos Esportes pautados no desenvolvimento do alto rendimento, ou até mesmo sob um ponto de vista higienista, seria entender sua utilização pedagógica como antagonista ao desenvolvimento integral dos estudantes, já que trata-se de ampliar repertório e não restringir, sendo assim é importante que na linguagem de Educação Física seja observado:

- Qual a importância do esporte na educação enquanto parte da linguagem de Educação Física?
- Quais ações visam democratizar a linguagem da Educação Física através das experiências esportivas e recreativas?
- Qual a importância de verificar o papel social do repertório esportivo e recreativo dentro da comunidade escolar na legitimação das propostas da linguagem de Educação Física?

PLANEJAR AÇÕES

UNIDADES EDUCACIONAIS

Planejar é uma das ações mais importantes do fazer nos espaços educacionais.

Com vistas a garantir um planejamento efetivo, com projetos estratégicos, para assegurar resultados e acesso e permanência dos estudantes, faz-se fundamental planejar com propósitos definidos, fundamentados em dados e contemplando as demandas territoriais, por meio de registros e acompanhamento de todo o processo.

As ações, deste modo, devem ser organizadas a partir de alguns elementos norteadores e precisam acontecer de forma cíclica e processual, movimento este que demanda a contribuição de todos os membros da comunidade escolar.

NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Com o intuito de trabalhar de forma preventiva as diversas violências às quais os estudantes da RME podem estar expostos, as Comissões de Mediação de Conflitos - CMCs - atuam pelo viés das diversas temáticas da Educação em Direitos Humanos, tendo como princípio o diálogo horizontalizado, a comunicação não violenta, a promoção da cultura de paz e, por isso, reforça-se, constantemente, que a Unidade Educacional deve se reconhecer mediadora, sendo de extrema relevância a abertura para espaços de reflexão e construção coletiva, uma vez que as temáticas perpassam os saberes de todos os componentes curriculares em todas as modalidades e etapas da Educação Básica. Para tanto, faz-se importante que TODOS os membros das CMCs participem das discussões, planejamento e elaboração de estratégias, bem como dos processos formativos, sejam eles cursos, encontros mensais nas DREs, eventos, e multipliquem seus aprendizados com seus pares, uma vez que a gestão democrática só é possível e concreta a partir da participação real de todos os membros e segmentos da comunidade escolar.

Neste sentido, nas diferentes áreas de conhecimento, componentes curriculares ou etapas, é importante que todos os educadores prevejam ações que invistam na:

- Mediação de conflitos ocorridos no interior da Unidade Educacional que envolvam estudantes e educadores;
- Identificação das causas das diferentes formas de violência no âmbito escolar;
- Identificação das áreas que apresentem risco de violência na Unidade Educacional;
- Prevenção, por meio da reflexão e construção coletiva, de situações que possam desencadear algum tipo de violência;
- Apresentação de soluções e encaminhamentos conjuntos para o equacionamento das questões enfrentadas.

Conforme previsto em legislação, as Comissões de Mediação de Conflitos devem ser compostas por representantes da equipe gestora, docente e de apoio à educação, dos responsáveis ou familiares dos educandos em todas as Unidades Educacionais diretas da Rede Municipal de Ensino, e o processo eletivo deve acontecer anualmente, por meio do Conselho de Escola/CEI, em até 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, com registro lavrado em livro próprio. Importante ressaltar que, durante o ano, a Comissão deverá se reunir mensalmente com possibilidade de reuniões extraordinárias, quando necessário.

As Unidades Educacionais indiretas e parceiras poderão seguir os mesmos procedimentos.

Para apoiar a comunidade escolar neste processo, a Rede Municipal de Ensino dispõe de alguns instrumentos:

Instrução Normativa nº48, de 14 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o calendário de atividades para 2023 das Unidades Educacionais da Educação Infantil das redes direta, indireta e parceira, de Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio, de Educação de Jovens e Adultos e das escolas municipais de Educação Bilíngue para Surdos da Rede Municipal de Ensino.

Disponível em: <http://encurtador.com.br/uxD09>

- **Cadernos do Projeto Respeitar é Preciso!**
Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/cadernos-respeitar/>
- **Live: A Gestão Democrática em Práticas de Mediação de Conflitos**
Disponível em: <https://youtu.be/6pc9uURwelc>
- **Live: Setembro Amarelo - Bullying, cyberbullying, preconceitos e mediação de conflitos**
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Pu-wolunq0>

Conheça, ainda, as legislações que subsidiam as ações das Comissões de Mediação de Conflitos nas Unidades Educacionais:

- **Lei nº 16.134, de 12 de março de 2015. Dispõe sobre a criação das Comissões de Mediação de Conflitos - CMCs nas escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo e dá outras providências.**
Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16134-de-12-de-marco-de-2015>
- **Decreto nº 56.560, de 28 de outubro de 2015. Regulamenta a Lei nº 16.134, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a criação da Comissão de Mediação de Conflitos - CMCs nas escolas da Rede Municipal de Ensino.**
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56560-de-28-de-outubro-de-2015>
- **Portaria SME nº 2.974, de 12 de abril de 2016. Dispõe sobre a implantação e implementação das Comissões de Mediação de Conflitos - CMCs nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, prevista na Lei nº 16.134/2015, regulamentada pelo Decreto nº 56.560/2015, e dá outras providências.**
Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-2974-de-12-de-abril-de-2016>

Saiba mais sobre a Educação em Direitos Humanos:

- Decreto nº 57.503, de 06 de dezembro de 2016. Institui o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos - PMEDH
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57503-de-06-de-dezembro-de-2016>
- Decreto nº 61.067, de 15 de fevereiro de 2022. Oficializa a instituição do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de incentivar, promover e fomentar a educação em direitos humanos junto à Rede Municipal de Ensino.
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61067-de-15-de-fevereiro-de-2022>

NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um princípio garantido nos diferentes documentos orientadores e que deve permear o ensino e os equipamentos públicos, contribuindo para desenvolvimento de uma cidadania emancipadora a partir da participação, pluralismo, autonomia e transparência.

O exercício da democracia por meio das instâncias de participação tem o poder de reverter na sociedade novas e mais justas formas de convivência. Desta forma, possibilitam a participação de toda comunidade nas tomadas de decisões por meio do Grêmio Estudantil, da Associação de Pais e Mestres, da Comissão de Mediação de Conflitos, dos Conselhos de Escola, do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE, entre outros.

Neste sentido, nas diferentes áreas de conhecimento, componente curricular ou etapa, é importante que todos os educadores prevejam ações que invistam em:

- Instâncias de participação no interior da Unidade Educacional, envolvendo estudantes, educadores, gestores, pais e comunidade;
- Promoção da participação de todos e todas nas tomadas de decisões;
- Identificação de quais são as dificuldades e entraves para garantir o direito de fala e escuta de todos e todas;
- Prevenção, por meio da reflexão e construção coletiva, de situações que possam desencadear algum tipo de violência;
- Apresentação de soluções e encaminhamentos conjuntos para o equacionamento das questões enfrentadas.

Para apoiar a comunidade escolar neste processo, a Rede Municipal de Ensino dispõe de alguns instrumentos:

- **Live: Grêmio Estudantil - Importância da Participação**
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y1oMBQqL4YU>
- **Live: Encontro com a Sexualidade na Adolescência**
Disponível em: <https://www.facebook.com/politicaslgbtisp/videos/2660422957595496/>

Conheça, ainda, as legislações que subsidiam as ações de Gestão Democrática e Instâncias Participativas:

- **Lei nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.**
Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15667-12.01.2015.html>;
- **Decreto nº 58.840, de 3 de julho de 2019. Institui o Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.**
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58840-de-3-de-julho-de-2019>
- **Decreto nº 56.520, de 16 de outubro de 2015. Regulamenta a Lei nº 16.213/15, que dispõe sobre a criação e funcionamento do CRECE**
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56520-de-16-de-outubro-de-2015>
- **Portaria nº 2.565, de 12 de junho de 2008. Normatiza a Composição do Conselho de Escola**
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-educacao-2565-de-13-de-junho-de-2008>
- **Portaria nº 3.539, de 6 de abril de 2017. Reorganiza os estatutos padrão das APMs e APMSUAC**
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-3539-de-06-de-abril-de-2017>
- **Grêmio Estudantil**
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58840-de-3-de-julho-de-2019>

NA PROMOÇÃO DA SAÚDE, CUIDADO E PROTEÇÃO SOCIAL

Com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, de prevenção e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos, é importante ressaltar a articulação entre Unidade Educacional e Unidade

Básica de Saúde, por meio do Programa Saúde na Escola - PSE, que amplia o acesso aos serviços de saúde e contribui para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes brasileiros.

Portanto, para que o PSE alcance seus objetivos, é primordial que a Unidade Educacional planeje ações que invistam:

- Na prática cotidiana da intersetorialidade (Unidades Educacionais e os Serviços de Saúde), nos campos da gestão, do planejamento, dos compromissos firmados no território;
- No entendimento de que as ações do PSE não devem competir ou sobrepor aos momentos de atuação do professor ou atividade dos estudantes, e sim serem realizadas de forma compartilhada e complementar;
- No planejamento conjunto das atividades e ações a serem promovidas entre a Saúde e a Educação, com vistas a fortalecer os vínculos da parceria entre as equipes na prevenção às doenças e promoção da saúde.

Para apoiar a comunidade escolar neste processo, a Rede Municipal de Ensino dispõe de alguns instrumentos, tais como:

- **Live: Diálogo Educação e Saúde**
Disponível em: LIVE - Diálogos: Escola e Saúde
- **Live: História em Quadrinhos, Educação e Saúde: juntos pelo bem de todos juntos pelo bem de todos | #LIVE - Na quinta-feira (27), às 15 horas, é dia de live no nosso Facebook sobre a linguagem das histórias em quadrinhos e a importância da vacinação.** Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Conheça, ainda, as legislações que subsidiam as ações de Saúde, Cuidado e Proteção Social:

- **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm
- **Portaria Conjunta SME/SMS nº 01, de 18 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Vacinação Atualizada - DVA no ato da matrícula nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino como medida de proteção e promoção à saúde.
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-conjunta-secretaria-municipal-de-educacao-sme-secretaria-municipal-da-saude-sms-1-de-18-de-janeiro-de-2021/detalhe>

NA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA

A garantia do exercício cultural e do acesso às fontes das culturas, prevista na Constituição Federal de 1988, bem como os direitos referentes à educação, ao lazer e à cultura, presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, amarram, junto com o Plano Municipal de Educação, de 2015, e o Currículo da Cidade, de 2019, a teia educativa da qual as UEs fazem parte dentro do cenário de uma Cidade Educadora. A Matriz de Saberes considera o Repertório Cultural como “Saber desenvolver repertório cultural e senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas identidades e manifestações artísticas e culturais, brincar e participar de práticas diversificadas de produção sociocultural” para então ser possível “Ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais e suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais, a partir de práticas culturais locais e regionais, desenvolvendo seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, percepção, intuição e emoção”.

Desse modo, faz-se necessário pensar a Unidade Educacional como promotora da pluralidade cultural e expressiva em consonância com os direitos humanos. Nesse sentido, é de grande valor que as Unidades Educacionais possam:

- Integrar as ações culturais com o Currículo da Cidade, elaborando planos de aula e projetos que mantêm diálogo com as propostas de apresentações artísticas oferecidas via Projeto “Cultura Visita”;
- Articular o Ensino de Música da RME, por meio do Programa “Bandas e Fanfarras”, ao PPP, valorizando a expressão musical e compreendendo a importância do aprendizado em música na formação sensível, técnica e integral dos estudantes;
- Estimular o fazer artístico plural dos estudantes sob a visão da partilha e da troca de saberes poéticos e culturais;
- Promover atividades culturais que combatam quaisquer tipos de discriminação ou preconceito contra as diversidades religiosas, de crenças, de gênero, de sexualidade e de etnia;
- Promover ações literárias em parceria com coletivos e escritores, bibliotecas e salas de leitura, visando ao desenvolvimento na escrita, na leitura e na fruição literária;
- Garantir, aos estudantes, passeios educativos e culturais aos equipamentos de arte, cultura, lazer e entretenimento, alinhando as experiências adquiridas ao processo de ensino-aprendizagem;
- Multiplicar os saberes e vivências dos profissionais da RME nos cursos de formação com os agentes atuantes nas UEs, a fim de garantir formação contínua e continuada mais ampla e democrática;
- Valorizar as múltiplas culturas que integram a RME.

NA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO ESPORTE E MOVIMENTO

De acordo com João Batista Freire, no seu compêndio Educação de Corpo Inteiro (2003), “o indivíduo não passa do mundo concreto à representação mental senão por intermédio da ação corporal”.

Entendendo e acreditando na potencialidade do movimento e do esporte educacional como gestos impregnados de significados enquanto agentes culturais que promovem transformações na interpretação, bem como nas práticas estabelecidas como esportivas, recreativas e de lazer, devemos nos amparar no conceito da educação integral e na contribuição no que tange aos benefícios que eles são capazes de promover para além dos estudantes, em toda a comunidade escolar, sempre tendo como norteador tudo que se refere a sua capacidade de impactar positivamente na formação integral, desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a EJA.

Para isso, torna-se necessário, para além da formulação, o acompanhamento contínuo das implementações como forma de avaliação e reformulação dos processos e ações por meio de formações, programas e projetos relacionados ao movimento humano, esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras na Rede Municipal de Ensino de forma crítica, inclusiva e equitativa.

Nesse sentido, é de grande valor que as Unidades Educacionais possam:

- Auxiliar na divulgação e estímulo da participação de seus educadores em relação às Formações (Cursos e Seminários) voltadas à temática do Esporte e Movimento, pois estão diretamente relacionados à cultura corporal do movimento em consonância com o Currículo da Cidade, tendo como público-alvo os educadores da RME, agregando na sua prática educacional e, conseqüentemente, no impacto da sua atuação laboral para o desenvolvimento integral dos seus estudantes;
- Auxiliar na divulgação, estabelecer uma parceria de suporte para a participação da Unidade Educacional, com seus estudantes e professores de Educação Física, nas Olimpíadas Estudantis (Lei nº 15.993, de 17 de abril de 2014), que têm como objetivos: oferecer aos estudantes da Rede Municipal de Ensino atividades de caráter educacional, cultural, social e desportivo; proporcionar o desenvolvimento de valores de autoconfiança, responsabilidade, respeito às regras e aos adversários e do trabalho em equipe; favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, o gosto e o prazer pelo jogo esportivo, a criatividade, o sentido de competição e o aprimoramento da inteligência tática, e propiciar a interação entre os participantes e destes com a comunidade local, estabelecer um elo de identidade entre o estudante e a Unidade Educacional e promover, por meio da prática esportiva, a inclusão social, ampliando as oportunidades de socialização, a integração, o intercâmbio e a confraternização dos participantes das Unidades Educacionais.

O movimento é inerente ao ser humano, carregado de motivações e história, em que o desenvolvimento do segundo por meio do primeiro, sempre levando em consideração as especificidades e potencialidades de cada um, tem o poder de ser significativo na contribuição de uma sociedade mais inclusiva, justa, igualitária e emancipatória.

REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL

CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS

O Projeto Político-Educacional - PPE do CEU é um documento construído coletivamente e que deve apresentar a peculiaridade daquele território. Para tanto, faz-se necessário que o documento produzido contemple as ações dos Núcleos de Ação Educacional, Cultural e de Esporte, Lazer e Recreação do CEU e esteja integrado aos Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Educacionais.

Importante destacar que se trata de um documento para ampliar a reflexão sobre a realidade do território, considerando, para tanto, os diferentes públicos e faixas etárias que o compõem.

Nesse sentido, pensando que o início do ano letivo é sempre oportunidade para o replanejamento e tomada de decisões conjuntas, este é o momento ideal para revisar coletivamente o PPE vigente, com vistas a articular e potencializar as ações que serão planejadas e realizadas no decorrer do ano, considerando as avaliações dos anos anteriores, o estudo da realidade local, suas demandas, desejos, características e necessidades, bem como a avaliação e proposição das instâncias de participação democrática.

Entende-se por **planejar** o processo dialógico, participativo e contínuo de ação-reflexão-ação em todas as instâncias de decisão das diferentes Unidades Educacionais, espaços e núcleos do CEU, consistindo, minimamente, na definição das prioridades, das estratégias de atuação, dos recursos humanos, físicos, financeiros e materiais, do cronograma de execução e dos indicadores de avaliação.

A seguir, a indicação de conceitos e temas que possibilitam a problematização das ações nos territórios por meio de reflexões sobre a prática com vistas a fortalecê-las.

Para além da acolhida e reorganização junto aos diversos profissionais e equipes gestoras que compõem o CEU, vale retomar os princípios que orientam para o planejamento de ações e atividades: equidade, diversidade, participação e integração.

Uma vez planejadas, as atividades merecem especial atenção e, para isso, precisam ser registradas, compondo, dessa maneira, o Projeto Político-Educacional.

Registrar possibilita aprimorar o planejamento, além de propiciar a resignificação das práticas.

Planejar e registrar coletivamente possibilita que os envolvidos no processo de planejamento se reconheçam como parte importante de um projeto educativo e formativo único e integrador, em que todas as práticas e esforços estejam alinhados com objetivos comuns e compartilhados, com base na concepção de Educação Integral e em consonância com o Currículo da Cidade.

A Educação Integral não se define pelo tempo de permanência, mas pela qualidade da proposta curricular, que supera a fragmentação e o foco único em conteúdos abstratos, e pela valorização da potencialidade de todos os espaços dos CEUs, que materializam a integração entre educação e vida, assegurando o direito de acesso ao conhecimento, à cultura, à arte, ao esporte e ao lazer, à recreação e às tecnologias, articulado aos saberes e às potencialidades locais em torno de um Projeto Político-Educacional - PPE significativo e socialmente relevante para todas as gerações. Para tanto, faz-se fundamental o acompanhamento e a avaliação constantes do Projeto Político-Educacional do CEU, que serão realizados pela Assembleia Geral, Conselho Gestor e Colegiado de Integração em caráter permanente.

Acompanhar e avaliar pressupõem a reorientação das ações desenvolvidas no ano em curso, adotando como referência o Plano de Metas Institucional do CEU e da Diretoria Regional de Educação, as Diretrizes e Ações da Secretaria Municipal de Educação e do Comitê Intersecretarial de Gestão Compartilhada, bem como a avaliação de desempenho e a avaliação institucional.

Por fim, os CEUs foram criados pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo para ampliar o olhar sobre a formação integral do ser humano, possibilitando o desenvolvimento de bebês, crianças, jovens e adultos ao longo da vida na Cidade de São Paulo, buscando potencializar nos diferentes territórios: cultura, esporte, educação em direitos humanos, saúde, proteção social, de forma democrática e com a participação de todos e para todos da cidade. Nesse sentido, de acordo com Moacir Gadotti, os CEUs não se destinam apenas aos estudantes matriculados nas suas três Unidades Educacionais e não se limitam ao saber formal e escolar. Eles oferecem oportunidades educacionais para um conjunto maior de pessoas das camadas populares, historicamente excluídas. A população que os frequentam tem vivenciado experiências educacionais antes só oportunizadas aos mais privilegiados socialmente. Os CEUs possibilitam a apropriação e a produção de bens culturais. Com eles, a comunidade tem tido a oportunidade de aprender com concertos musicais, peças de teatro, festivais de dança, de cinema, além de também ensinar com suas produções culturais e esportivas. O projeto educacional dos CEUs defende uma educação de abraços, de sensibilidade e valorização da autoestima, de espaços de organização das camadas populares, de voz aos excluídos. Isso tem um grande valor humano e histórico! (EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL Projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados - CEUs).

Posto isto, os CEUs têm como objetivo a formação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral do ser humano, considerando as especificidades das faixas etárias, as dimensões intelectual, social, cultural, emocional e física na proposta pedagógica, buscando oportunizar diversas experiências. Para tanto, acreditamos que o trabalho coletivo é essencial para alcançarmos nossos objetivos, metas e sonhos.

Nesse sentido, com vistas a integrar a gestão do CEU com as Unidades Educativas dos seus territórios, a seguir, algumas questões norteadoras que devem ser revistas no processo de revisão e (re)planejamento do PPE:

NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

- Há articulação dos Centros de Educação em Direitos Humanos com os demais equipamentos públicos do território para discussão dos principais temas e questões locais relativos aos Direitos Humanos?
- Considerando as especificidades dos Centros de Educação em Direitos Humanos, seria possível que todos os CEUs tornem-se Centros de Educação em Direitos Humanos?

NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Quais ações são realizadas para fortalecer o Conselho Gestor e do Colegiado de Integração, como ação potente de articulação democrática e cidadã?
- Em quais momentos e periodicidade são planejadas as ações para promover a ampliação da participação da comunidade e garantir a ocupação dos diferentes espaços por todos e todas?
- O Conselho Gestor e o Colegiado de Integração são consultados para a seleção dos temas propostos que serão trabalhados durante o ano no que se refere aos projetos citados?

NA PROMOÇÃO DA SAÚDE, CUIDADO E PROTEÇÃO SOCIAL

- Há articulação entre a gestão do CEU, a Unidade Básica de Saúde e demais equipamentos de saúde de referência do território?
- Os temas prioritários do PSE escolhidos para serem trabalhados estão articulados ao PPE? Isso facilita o diálogo e a interlocução com a rede de proteção e cuidado do território, a prevenção às doenças, promoção à saúde e o enfrentamento das vulnerabilidades?

NA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA

- As culturas existentes no território são devidamente valorizadas e compartilhadas com as Unidades Educacionais do entorno?
- Há alguma manifestação artística cujo destaque é menor na região ou cuja visibilidade e valorização são precárias?

NA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO ESPORTE E MOVIMENTO

- Qual é a importância do esporte na Educação?
- Quais ações visam ao atendimento de todas as faixas etárias na prática das atividades de Esporte, Lazer e Recreação? Há otimização dos espaços físicos do CEU para a realização dessas atividades?
- Qual a importância do conhecimento das especificidades e características do território para a construção e permanência das atividades esportivas, de lazer e recreação?
- Qual o impacto da construção das Grades do Analista de Informação, Cultura e Desporto - Educação Física na qualidade do atendimento final ao munícipe?

PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CEUS

- A gestão do CEU conhece todos os projetos educacionais nos quais estão inseridos pela Rede Municipal de Ensino?
- Há articulação entre a gestão do CEU, as Unidades Educacionais e demais equipamentos do território no momento de planejamento e execução dos projetos?
- Qual a articulação entre o PPE e os temas escolhidos nas atividades educacionais propostas?
- Em que medida o conceito do CEU como uma Cidade Educadora é visitado no planejamento?

PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE NOS CEUS - UNICEU

- Como fomentar no território, ações formativas integradas entre os equipamentos públicos do entorno dos CEUs, Unidades Educacionais e Polos UniCEU?
- Como se dá a adesão e a participação dos educadores da Rede nos cursos de formação inicial e continuada, palestras, seminários, eventos, entre outras ações desenvolvidas nos Polos da Rede UniCEU?
- Como promover o diálogo entre as Unidades Educacionais, os CEUs e os Polos UniCEU na construção do Plano de Ação, do PPP e do PPE?

PLANEJAR AÇÕES

CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS

NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos - EDH pressupõe um processo que envolve corações e mentes, reflexão e vivências, para que os valores de respeito mútuo possam ser trabalhados no decorrer do tempo. Como é da própria natureza da EDH ser contínua e permanente, se propõe a ampliar o alcance, dentro da rede pública de ensino, da promoção da cultura de EDH nos Centros Educacionais Unificados, de modo que esta seja incorporada como parte intrínseca ao cotidiano destes equipamentos.

Os Centros de Educação em Direitos Humanos - CEDH, polos permanentes de trabalho e difusão de Educação em Direitos Humanos - EDH, devem pensar em uma proposta de aproximação entre esses espaços educativos e a comunidade, abrindo espaço para discussão acerca de temáticas, como igualdade social, diversidade racial, sexual e de religião, memória coletiva e violência de Estado.

A proposta é relacionar as temáticas citadas aos conteúdos tradicionais, além de desenvolver materiais didáticos e projetos que dialoguem com os espaços culturais do entorno, promovendo a cidadania e fomentando a ideia de uma Cidade Educadora, onde toda a comunidade (gestores, educadores, disseminadores, familiares e espaços) cumpre uma função educativa.

Neste sentido, com o intuito de estruturar as ações nos Centros de Educação em Direitos Humanos, é importante que todos os educadores, núcleos e gestão planejem ações que invistam em:

- Fomentar a cultura de participação, a partir do fortalecimento dos espaços democráticos das escolas e da estruturação de espaços participativos (Grupos de Trabalho Centrais e Locais), onde diferentes agentes do território e da comunidade escolar possam discutir os principais temas e questões locais, relativos aos direitos humanos;
- Desenvolver um processo de articulação territorial, mobilizando agentes locais e equipamentos públicos e privados para promover a integração entre a escola e o território;
- Elaborar materiais pedagógicos, de maneira participativa, e oferecer formação de educadores em EDH, de forma a apoiar as escolas nas suas práticas cotidianas de EDH;
- Promover um calendário de atividades culturais e educativas, em diálogo com a agenda local de direitos humanos, considerando os diferentes agentes e iniciativas.

Para apoiar, ainda, o trabalho de planejamento de ações sobre a Educação em Direitos Humanos, os Centros dispõem de acervo público com conteúdos sobre direitos humanos que complementam as bibliotecas dos CEUs ou equipamentos de referência no território, transformando-os em espaço de referência em EDH no território.

Conheça, ainda, as legislações que subsidiam as ações dos Centros de Educação em Direitos Humanos:

- Decreto nº 57.503, de 06 de dezembro de 2016. Institui o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos - PMEDH

Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57503-de-06-de-dezembro-de-2016>

- Decreto nº 61.067, de 15 de fevereiro de 2022. Oficializa a instituição do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de incentivar, promover e fomentar a educação em direitos humanos junto à Rede Municipal de Ensino.

Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61067-de-15-de-fevereiro-de-2022>

NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os CEUs têm como uma de suas premissas principais incentivar e subsidiar os profissionais da educação e a comunidade com vistas a contribuir para os princípios basilares, a democracia e os direitos humanos, desde a organização ao funcionamento, abrangendo, inclusive, a prática educacional. Desta forma, constituem um contexto que é por si educativo e formador de valores; cumprindo, assim, a sua finalidade social de formar cidadãos que possam viver numa sociedade democrática de modo autônomo, participando da sociedade como sujeitos de direito, contribuindo para o fortalecimento dos valores da solidariedade, da justiça e da responsabilidade com o coletivo.

Prevista em legislação, os diferentes canais de participação coletiva – como APMSU-AC, Conselho Gestor e Colegiado de Integração, entre outros – concretizam esse funcionamento democrático.

Portanto, para que a Gestão Democrática seja efetiva, é primordial que a Gestão do CEU planeje ações:

- para criar, fomentar espaços e momentos para a escuta atenta, ativa e efetiva com a comunidade;
- que propiciem acreditar que a comunidade é parceira, e não opositora do processo democrático, e coautora de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento e envolvê-la na construção de projetos e propostas curriculares;
- democráticas, articulando a participação representativa nos diferentes colegiados, na organização, no planejamento, na execução e na avaliação do Projeto Político-Educacional;
- que promovam a participação coletiva das Unidades Educacionais e Núcleos que integram os CEUs;
- que corroboram para o processo eleitoral, pensando este momento como uma possibilidade de diálogo, envolvimento, convencimento e articulação com a comunidade do território, considerando as instituições, associações, Unidades Educacionais e famílias.

Conheça, ainda, as legislações que subsidiam as ações da Gestão Democrática nos CEUs:

- Portaria nº 3.539, de 6 de abril de 2017. Reorganiza os estatutos padrão das APMs e APMSUAC
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-3539-de-06-de-abril-de-2017>
- Decreto nº 57.478, de 28 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Padrão dos Centros Educacionais Unificados – CEUs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.
Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57478-de-28-de-novembro-de-2016/detalhe>

NO CUIDADO, SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

O CEU, contemplado pelas ações do PSE, deve funcionar de modo que as atividades a serem desenvolvidas atendam às expectativas da comunidade escolar, pois sendo um potente equipamento público que acolhe a comunidade de diferentes faixas etárias, oferta atividades culturais, esportivas, lazer e cuidado é fundamental para a prevenção às doenças e promoção da saúde da municipalidade. As temáticas a serem trabalhadas pelo PSE devem ser discutidas e planejadas pela gestão do CEU, e os serviços de saúde que atendem esse equipamento, aprovadas pelo Conselho Gestor, inseridas no Projeto Político-Educacional. Tais ações visam à promoção dos hábitos de vida sustentável e saudável, do autocuidado e da prevenção às vulnerabilidades sociais e econômicas do território. A parceria intersecretarial é fundamental para o fortalecimento das redes de cuidado e proteção do território no qual este equipamento se insere.

Tendo em vista a autonomia e o papel social dos CEUs, a escuta ativa, o diálogo, a gestão democrática e participativa, a cidadania ativa, a promoção da saúde física, mental e social, na

perspectiva do Desenvolvimento Sustentável e da Cultura de Paz e não violência, contribuem positivamente para promoção da saúde e proteção social.

Portanto, para que o PSE alcance seus objetivos, é primordial que a Gestão do CEU planeje ações que invistam:

- na prática cotidiana da intersectorialidade (Gestão do CEU, Unidades Educacionais e os Serviços de Saúde), nos campos da gestão, do planejamento, dos compromissos firmados no território;
- no entendimento de que as ações do PSE não devem competir ou sobrepor aos momentos das ações que constam o PPE/PPP, e sim serem compartilhadas e complementares;
- no planejamento conjunto das atividades e ações a serem promovidas entre a Saúde e a Educação, com vistas a fortalecer os vínculos da parceria entre as equipes na prevenção às doenças e promoção da saúde.

Conheça, ainda, as legislações que subsidiam as ações de Saúde, Cuidado e Proteção Social:

- Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências;
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm
- Portaria Conjunta SME/SMS nº 01, de 18 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Vacinação Atualizada - DVA no ato da matrícula nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino como medida de proteção e promoção à saúde.
Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-conjunta-secretaria-municipal-de-educacao-sme-secretaria-municipal-da-saude-sms-1-de-18-de-janeiro-de-2021/detalhe>

NOS NÚCLEOS DE AÇÃO CULTURAL

É imprescindível pensar no planejamento cultural, artístico e educativo, alinhado ao PPE do equipamento e ao Currículo da Cidade, no intuito de garantir atendimento cidadão e efetivo aos estudantes e comunidade frequentadora dos CEUs da Cidade de São Paulo. Para isso, sugerimos aos Chefes, Assessores II dos Núcleos de Ação Cultural e Analistas de Informação, Cultura e Desporto - Biblioteca:

Planejar atividades culturais e artísticas, tendo como eixos norteadores três pontos principais: **temáticas e conceitos; mapeamento cultural e afetivo; metodologias.**

Para subsidiar os **temas e conceitos** abordados ao longo do ano, apresentamos nosso calendário mensal temático que dialoga com o calendário da Cidade de São Paulo e com o calendário da Secretaria Municipal de Cultura. É importante destacar que a elaboração do planejamento dos Núcleos de Ação Cultural não se restringe apenas às temáticas aqui sugeridas,

uma vez que a pluralidade cultural de cada território demanda diferentes ações artísticas e educativas em cada equipamento.

Os planejamentos para o futuro surgem a partir das experiências adquiridas até o presente momento e devem se sustentar, a priori, nas últimas avaliações. Desse modo, partir das características específicas do território, por meio de um constante **mapeamento cultural e afetivo**, é fundamental na elaboração das ações culturais, artísticas e educativas.

- Verificar se o Núcleo dá visibilidade e valorização às especificidades culturais do território, em seu sentido mais amplo, em diálogo com os estudantes das UEs da região.
- Analisar quais manifestações ou linguagens às quais existem menos acesso no entorno, a fim de garantir que os estudantes e a comunidade possam vivenciar a maior pluralidade possível de expressões culturais e artísticas, bem como estimular as manifestações com menos visibilidade e valorização, na perspectiva de uma educação igualitária, que combate estereótipos e que garante o direito de expressão de todos os cidadãos.
- Observar, criteriosamente, quais atividades, serviços e atendimentos são recorrentes por parte dos estudantes e comunidades, por exemplo, tipos de apresentações, materiais literários, aulas, oficinas, etc.
- Promover a formação de público de todas as faixas etárias.

As **metodologias** utilizadas para o planejamento do Núcleo podem variar a depender das especificidades de cada região e de cada equipe atuante nos CEUs, mas devem estar em consonância com os seguintes pontos:

- **Trabalho coletivo, colaborativo e intersetorial**, já que, pelo prisma da educação integral e emancipadora, os conhecimentos humanos são interdisciplinares. Assim, é necessário compreender que os outros núcleos que compõem os CEUs, bem como as instâncias participativas e as UEs integrantes do equipamento, devem estabelecer estreitamentos ao longo do processo de planejamento.
- **Análise das triagens realizadas no território**, buscando estratégias para oferecer, aos estudantes e à comunidade, atividades que contemplem suas necessidades de entretenimento e lazer.
- **Parceria contínua com artistas e coletivos**, visando à dinâmica da cultura local, por meio de formações, encontros entre diferentes agentes, partilha de experiências no campo artístico e composição de programação artística interna.
- **Inclusão, valorização e visibilidade** na aplicação de ações que integrem, efetivamente, a diversidade religiosa, de gênero e de etnia, bem como que promovam a valorização da comunidade negra, da comunidade LGBTQIAPN+, das Pessoas com Deficiência, dentre outros segmentos.
- **Busca ativa** de espectadores e participantes, visando à formação de público e, a partir dela, a valorização das culturas locais, dos espaços públicos e das experiências coletivas, utilizando diferentes estratégias de divulgação, comunicação e interação.



Registrar as qualidades culturais e artísticas da região, garantindo, assim, uma documentação que apresente as atualizações culturais pelas quais a comunidade atravessa, perfis dos usuários do equipamento, espaços de cultura, arte e educação existentes no território.

A sistematização dos dados levantados e das ações promovidas pelo Núcleo é de grande relevância, na medida em que se tornam permanentes, contribuindo para que a memória do equipamento seja assegurada.

Acompanhar o planejamento em execução, levando em consideração a quantidade de estudantes atendidos em todas as atividades, para que, caso necessário, sejam realizadas adaptações na metodologia de trabalho junto às outras equipes que integram a gestão dos CEUs.

Um dos grandes desafios no período pós-pandêmico é a formação de público para as ações educativas e culturais nos equipamentos de cultura e arte. Com os subsídios utilizados na organização de planejamento e nas metodologias, é imprescindível o constante acompanhamento de modo avaliativo, ponderando os seguintes pontos:

- Atividades cujo público sofre evasão;
- Apresentações artísticas pelas quais a procura ultrapassa o limite de ingressos;
- Ações que combatam quaisquer tipos de preconceito ou discriminação;
- Desenvolvimento artístico dos participantes nas vivências e aulas.

NOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCACIONAL

É imprescindível que nos Centros Educacionais Unificados - CEUs existam articulação pedagógica, proposição e acompanhamento de ações que promovem a integração de processos educativos com vistas ao desenvolvimento do sujeito em sua integralidade. O foco do trabalho deve ser o fomento da Educação Integral, em Programas e Projetos da SME, como Recreio nas Férias, Extensão de Jornada no CEUs, Virada Sustentável, entre outros.

Sabendo que a Educação Integral tem como objetivo a formação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral do ser humano ao longo da vida, considera as dimensões intelectual, social, cultural, emocional e física na proposta curricular e busca superar a fragmentação do conhecimento, oportunizando diversas experiências dentro e fora da escola que gerem aprendizagens significativas. Nosso intuito é colaborar para a implementação curricular fundamentada no princípio da educação integral, integrada e integradora na perspectiva das aprendizagens multidimensionais nos Centros Educacionais Unificados.

Percebendo também a cidade como Território Educativo, lugar de aprendizagens que contribuem na articulação de conceito e prática, sugere-se aos Chefes e Assessores II dos Núcleos Educacionais dos CEUs, em seus planejamentos, fortalecer e aprimorar os eixos e propostas dos PPEs, com vistas a contemplar as especificidades da comunidade escolar e do entorno onde os equipamentos estão inseridos. Para tanto é necessário:

- **Planejar:** Na confecção do PPE, faz-se necessária a reflexão do equipamento CEU coadunando com o conceito de Cidade Educadora, assim como consta no Currículo da Cidade.

A função de uma cidade educadora é possibilitar que os bebês e as crianças possam ultrapassar os muros das UEs e ampliar os seus repertórios de vida

social, de espaços culturais, de relações com a cidade. É direito dos bebês e das crianças poder se deslocar e aprender com a vida comunitária, ampliando seu território (SÃO PAULO, 2019).

A partir da articulação com o Currículo da Cidade, deve-se buscar expandir as possibilidades de repertório pelo intercâmbio nas diferentes áreas, linguagens, ações e projetos, numa perspectiva interdisciplinar e intertranscultural. Dentro dos princípios e concepções da Educação Integral nas dimensões Intelectual, Física, Emocional e Afetiva, Social, Cultural, além de promover o protagonismo e a Gestão Democrática.

As atividades para o Projeto Político-Educacional - PPE do CEU poderão ser planejadas pensando no currículo da Educação Integral, que trata de todas as práticas cotidianas vivenciadas nos espaços dos CEUs. A perspectiva da Educação Integral é compreendida aqui como um direito fundamental presente na Constituição Federal (1988), no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e no Plano Municipal de Educação (2015-2025) (SÃO PAULO, 2020).

No planejamento das atividades, deve-se também promover o caráter intencionalmente educacional de todas as ações desenvolvidas no CEU, incluindo aquelas sob a responsabilidade dos demais núcleos, Unidades Educacionais e equipamentos que o integram. Nessas atividades, deve-se buscar promover experiências e vivências pedagógicas em que bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos aprendem de forma lúdica, diferenciada e diversificada, possibilitando amplas oportunidades de aprendizagem.

Na elaboração do planejamento, pensar também nos projetos e programas que são promovidos pela SME, mas não se restringir a eles, visto que é necessário constituir ações que potencializem a identidade de cada território:

- **Recreio nas férias:** programa cujo objetivo é oferecer atividades recreativas, esportivas e culturais às crianças e adolescentes de 4 a 14 anos, no período de recesso e férias escolares, possibilitando a ampliação de repertório cultural e fortalecimento de vínculos com o equipamento CEU na perspectiva de uma Educação Integral e Inclusiva;
- **Extensão de jornada:** O projeto apresenta-se com objetivo de sistematizar a implantação e implementação da Educação Integral em Tempo Integral nos CEUs da Rede Municipal de Ensino, com contratação de oficinas que corroborem com os princípios apresentados nos documentos norteadores - Plano Municipal de Educação - PME, Programa Curricular, Regimento dos CEUs, Diretrizes Curriculares Nacionais e Programa São Paulo Integral.
As oficinas contratadas neste projeto visam à oferta de diversidade de experiências pedagógicas, com atividades pautadas em múltiplas linguagens no desenvolvimento de habilidades e competências que dialogam com o currículo de uma Cidade Educadora e Integral. As modalidades inseridas no Projeto são: Artes Marciais, Artes Cênicas, Artes Plásticas e Visual, Atividades Circenses, Artesanato, Ballet, Capoeira, Corpo e Mente Judô, Cultura Africana, Cultura Indígena, Dança, Dança de rua, Fotografia, Hip-Hop/Jazz/Funk, Jogos de salão, Jogos de tabuleiro, Música, RPG, Taekwondo/Funcional Kids, Teatro/Contação, Violão.
- **Festival de animação:** AnimaSME - pensar em ações no território que fomentem a prática da animação como uma linguagem que auxilia as aprendizagens. O intuito desse

projeto é incentivar o uso da linguagem audiovisual e promover o desenvolvimento dos estudantes e professores por meio da linguagem audiovisual e suas tecnologias.

- **Virada Sustentável:** “A Virada Sustentável São Paulo” tem como objetivo apresentar para a população uma visão positiva e inspiradora sobre a sustentabilidade e seus diferentes contextos e perspectivas, alinhada à Agenda 2030 da ONU e aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, além de reforçar as redes de transformação e impacto social existentes. Nesse sentido, os CEUs devem buscar no PPR planejar ações nos territórios CEUs a fim de que desenvolvam atividades pensadas na sustentabilidade e nos ODS, mostrando que os Centros de Educação Unificados já estão em conformidade com a agenda da ONU 2030. Essas diversas ações precisam envolver oficinas, seminários, apresentações artísticas, ações de economia solidária, etc.

Os Núcleos Educacionais devem realizar o PPE a fim de valorizar o profissional da educação e fortalecer o papel dos CEUs de espaços de mediação das ações realizadas em Projetos da Cidade de São Paulo, fortalecendo o conceito de Cidade Educadora que é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes.

Saiba mais sobre a valorização dos profissionais da educação:

- Decreto nº 50.814, de 26 de agosto de 2009. Institui o Projeto “Professor em Destaque” tem como objetivo a promoção e homenagem aos Professores, aos Auxiliares Técnicos de Educação, Gestores (Diretor, Supervisor e Coordenador Pedagógico) e Analista de Informação, Cultura e Desporto destacaram com seus projetos desenvolvidos no ano precedente.

Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-50814-de-26-de-agosto-de-2009>

Registrar os potenciais da região, garantindo, assim, uma documentação que apresente a realidade e especificações de necessidades e possibilidades educativas de cada território. Importante também são as atualizações sobre mudanças e/ou eventuais acontecimentos pelos quais a comunidade atravessa, perfis dos usuários do equipamento, espaços de educação existentes no território.

A sistematização dos dados levantados e das ações promovidas pelo Núcleo é de grande relevância, na medida em que se tornam permanentes, contribuindo para que a comunicação aconteça de forma satisfatória e a memória do equipamento seja assegurada.

Os registros de tais acontecimento são importantes para a memória do CEU como afirma Mello (2002), a documentação favorece o alcance de diversificados objetivos: promover o trabalho realizado pela instituição; conferir visibilidade ao projeto educativo; configurar fonte informacional para os envolvidos no trabalho educativo e a outros, como: oferecer informações para apreciação do trabalho realizado pelo professor, pelos alunos e por outros; constituir um corpus textual e/ou imagético do realizado, experimentado e vivido, uma memória das mediações e elaborações.

Registrar pode-se tornar procedimento cotidiano seja por meios digitais ou físicos, como: portfólios, álbuns fotográficos e/ou videográficos, livros, revistas, fanzine, entre outros.

Para saber mais sobre Documentação pedagógica e acompanhamento das aprendizagens de educadoras, educadores, bebês e crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, acessar: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-integrador-da-infancia-paulistana/>

Acompanhar de maneira avaliativa, levando em consideração o conceito de avaliação formativa em que a avaliação se focaliza no processo e suas nuances para ajustes necessários, inclusive com todas as equipes que integram a gestão dos CEUs. Falamos sobre avaliação sob a perspectiva formativa, como orienta o documento Avaliação no Contexto da SME, ou seja, aquela avaliação que permite que se tenha maior compreensão do processo, clareza sobre as dificuldades, o que ajuda a pensar sobre o que é necessário fazer para superá-las, favorecendo que nos conscientizemos sobre o processo. A avaliação formativa está presente no planejamento e na sua execução, portanto é contínua e processual (SÃO PAULO, 2020).

O acompanhamento dos projetos em sua execução e avaliação serve também para focalizarmos a atenção para forma em que é pensado e realizado quanto aos fluxos, previsão de datas, pessoal envolvido, número de estudantes atendidos, levando em consideração:

- a aplicabilidade da atividade considerando as especificidades do território e a pertinência do tema, das estratégias e finalidades de tal proposta;
- a qualidade do processo e do resultado da ação;
- a utilidade para benefícios da comunidade e entorno;
- a eficiência e eficácia das ações propostas no território.

Todo projeto precisa de monitoramento desde a fase do planejamento até a análise de satisfação com as entregas. Esse acompanhamento constante é essencial para tomar medidas corretivas em tempo hábil, por meio da identificação de problemas potenciais, e garantir adequação do projeto e o uso eficiente dos recursos. Estes processos permitem que se identifique e reduza os problemas que podem afetar o escopo, o cronograma ou o orçamento estabelecidos nos projetos ou programas executados.

NOS NÚCLEOS DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

Tanto o movimento humano quanto o esporte educacional, a dança, a ginástica, as lutas, os jogos e as brincadeiras proporcionam muitos ganhos para toda sociedade, como linguagem corporal e patrimônio cultural. Considerando isso, entende-se que a prática regular das atividades citadas proporciona inúmeros benefícios para a vida e para a saúde, em todas as dimensões, para seus praticantes. Com isso, há a promoção da saúde e da socialização, prolongando

a vida de forma saudável, havendo assim uma melhoria na qualidade de vida, tratando-se de uma efetiva e significativa política pública. Logo, essa política se torna imprescindível para diminuir e solucionar os problemas comuns da sociedade, uma vez que esses não seriam sanados sem essa atenção especial.

Planejar, promover a programação esportiva, de lazer e recreação do CEU, com a articulação de todos os atores envolvidos de forma reflexiva e democrática, por meio do Comitê de Gestão Compartilhada e dos parceiros do território, envolvendo-os na elaboração e na execução das atividades esportivas, de lazer e recreação do CEU, respeitado o Projeto Político-Educacional do CEU, para tanto se faz necessário:

- Participar das discussões do colegiado para reunir informações e debater as demandas do território referentes a Esporte, Lazer e Recreação;
- Organizar a grade de atividades relacionadas ao Esporte, Lazer e Recreação dos Analistas de Informação, Cultura e Desporto - Educação Física, com base nas especificidades do território;
- Garantir o caráter intencionalmente educacional de todas as ações desenvolvidas, com apoio do Núcleo de Ação Educacional;
- Planejar ações garantindo o atendimento de todas as faixas etárias de forma democrática;
- Organizar os espaços e materiais da melhor forma possível para garantir o direito de acesso de todos os munícipes do território;
- Articular junto ao território os encaminhamentos necessários para a execução das ações e programas da SME;
- Verificar as carências e necessidades no que tange ao esporte, lazer e recreação;
- Promover ajustes e complementos que ampliem o repertório de atividades esportivas, de lazer e recreação, a serem oferecidas ao território;
- Promover discussões e construções acerca da diversidade (LGBTQIAP+), na inclusão e no acolhimento de todos os corpos para aproveitamento dos espaços do CEU, bem como utilização das piscinas e dos vestiários, com total igualdade e segurança, fomentando constantemente o respeito à individualidade e uso do espaço público.

Registrar os dados, informações e características referentes à identidade e demandas do território, bem como garantir sua organização. Para tanto, torna-se importante que:

- todas as atividades oferecidas, esportivas, de lazer e recreação devem ter plano e planejamento que fundamentam sua execução;
- todas as atividades esportivas, de lazer e recreação oferecidas devem ter alinhamento pedagógico com as diretrizes educacionais da SME.

Acompanhar e manter atualizados os dados, informações e características referentes à identidade e demandas do território. Para tanto, é primordial que:

- sejam realizadas verificações periódicas das atividades oferecidas e sua adesão pela população, bem como ajustes necessários para permanência delas de forma efetiva e significativa;
- sejam mantidos registros quantitativos e qualitativos em todas as atividades oferecidas.

Na elaboração do planejamento, pensar também nos projetos e programas que são promovidos pela SME, sempre compreendendo sobre a importância de se constituir ações que potencializem a identidade de cada território:

- **Viabilizar a implementação de atividades e projetos no território:** compostos de Organizações e Sociedades Civis que despertam a promoção do desenvolvimento do ser humano em sua integralidade, baseado na compreensão de que articulados: educação, cultura, esporte, lazer, direitos humanos, saúde e participação social promovem e potencializam a cidadania e o protagonismo social da comunidade, tendo os CEUs como locais de execução;
- **Clubes de Xadrez:** fomentar a prática do Xadrez no CEU, tendo como público-alvo os munícipes, com a presença de Mestres, Instrutores, respeitando as características do território;
- **InterCEUs:** favorecem a participação dos munícipes (a partir de 8 anos até os 17 anos) e o desenvolvimento social, motor e cognitivo por intermédio dos esportes. Envolvem os munícipes que são alunos dos CEUs;
- **Projeto Mulher no Esporte:** tem o propósito de incitar a reflexão e o conhecimento acerca do protagonismo feminino, a igualdade de gênero e a representatividade da mulher, além de ampliar e promover o acesso de mulheres na sua diversidade à prática de atividades físicas e desportivas, tendo o CEU como parceiro e fomentador, por meio de ações e articulações para propiciar a transformação social;
- **Apresenta CEU:** um festival de Ginástica Para Todos, uma modalidade abrangente fundamentada nas atividades ginásticas, valendo-se ainda de vários tipos de manifestações, tais como danças, expressões folclóricas, retomando a ideia de “arte” e do prazer de se exercitar, orientadas para as questões do lazer crítico, criativo e como direito social. Podem participar desse Festival os 58 CEUs (Centros de Educação Unificada) da Cidade de São Paulo, mais os 3 CEICs (Centros de Educação e Cultura Indígena) sem restrição de faixa etária ou quaisquer limitações;
- **CEU Olímpico:** uma parceria com diversos Clubes Esportivos da Cidade de São Paulo, como o NAR, Centro Olímpico, Círculo Militar e o Clube Espéria, com a presença de Analistas de Informação, Cultura e Desporto - Educação Física dos CEUs, no intuito de trocas e aprendizados para melhor capacitação dos profissionais, que irão qualificar ainda mais o trabalho realizado, culminando em benefícios de suma importância para os munícipes que fazem atividades nos CEUs.

NA UNIVERSIDADE NOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS - UNICEU

A Universidade nos Centros Educacionais Unificados - UniCEU consiste em uma rede composta por 52 Polos de Apoio Presencial (51 CEUs e a EMEF Gilberto Dupas, na zona Norte). Dentre seus objetivos, estão o apoio e a ampliação à oferta de cursos de qualidade e gratuitos nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a expandir o acesso ao ensino superior.

Os cursos ofertados podem ser de formação inicial e continuada, comunitários, de graduação, de extensão e de pós-graduação, instituídos por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, hoje com atuação em 32 polos. A oferta também é constituída por Instituições de Ensino Superior - IES que celebram parceria com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, como a Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, que oferta cursos de graduação em todos os polos.

Há ainda frentes de atuação desenvolvidas pelos Polos - atividades de complementação acadêmica, formação continuada para educadores e ações formativas para o território. São desenvolvidas agendas mensais com cursos, oficinas, palestras, eventos, simpósios, seminários, webinários, cursos livres, cursos pré-vestibular, grupos de estudos, entre outras atividades.

Ofertas de cursos

As ofertas das Instituições parceiras são distribuídas conforme demanda das regiões, a partir do levantamento de pesquisas de interesse por cursos, áreas e polos, possibilitando assim a articulação com o Governo Federal (CAPES) e Instituições de Ensino Superior - IES. O ingresso é realizado por meio de Editais em processos seletivos.

Algumas parcerias em andamento:

IFSP – Instituto Federal de São Paulo
UFABC – Universidade Federal do ABC
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Cursos em andamento:

Graduação:
Bacharelado em Administração;
Bacharelado em Ciências de Dados;
Bacharelado em Tecnologia da Informação;
Engenharia da Produção;
Engenharia de Computação;
Letras: Língua Portuguesa e Língua de Sinais e Literatura Brasileira e Surda
Licenciatura em Letras;
Licenciatura em Matemática;
Licenciaturas em Pedagogia;
Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Pós Graduação

Especialização em Educação em Direitos Humanos;
Especialização em Educação Especial e Inclusiva;
Especialização em Ensino de Química;
Especialização em História, Ciências, Ensino e Sociedade;
Especialização em Inovação em Educação mediada por Tecnologias;
Especialização em Ensino de Ciências – Anos finais do Ensino Fundamental “Ciência é Dez!”;
Especialização em Ciência e Tecnologia.

Novas ofertas 2023

Especialização em tecnologias e sistema de informação;
Especialização em inovação em Unidades de informação;
Gestão estratégica de investimentos na Educação Básica.

No que se refere às ações formativas de pesquisa e extensão ofertadas para os educadores da Rede Municipal, faz-se importante:

Planejar: Todos os educadores da Rede Municipal de Ensino, bem como munícipes dos diferentes territórios em que se encontram os 52 Polos UniCEU, podem acessar os cursos e atividades formativas organizadas pelas equipes de Polos. A partir da demanda local e necessidades dos territórios, podem ser planejadas em parceria com a UniCEU, ciclo de palestras, cursos, seminários, reuniões pedagógicas, participações em horários de formação para além da agenda de atividades já apontada pelo Polo.

O Polo UniCEU promove no território o atendimento às demandas formativas e de cursos, a partir das especificidades de cada local, de modo a propiciar a implantação de diferentes propostas significativas em termos formativos para o desenvolvimento sustentável da região.

No início do ano, os Polos constituem o plano de ação que deve ser dialógico e elaborado a partir das demandas de cada local. Este plano compõe o PPE dos Centros Educacionais Unificados - CEUs. Sua construção prevê a troca entre as Diretorias dos Centros Educacionais Unificados - CEUs, educadores dos territórios e parceiros. Esta proposição e forma de construção tornam reais as possibilidades do planejamento efetivo, participativo e significativo para todos os envolvidos.

Para além das ações regionais, a UniCEU mantém ainda ações com vistas à ampliação do processo formativo de educadores, bem como apresenta possibilidades de reflexão, estudo e pesquisa e atua como Unidade descentralizada de articulação acadêmica.

Para apoiar a comunidade escolar, munícipes e equipamentos públicos neste processo, a Rede Municipal de Ensino dispõe de alguns instrumentos:

- **Seminários integrados:** anualmente, são organizados pela equipe UniCEU na Coordenação dos Centros Educacionais Unificados - COCEU e pela equipe dos 52 Polos UniCEU, em parceria com as Instituições de Ensino Superior - IES, que celebram parceria com a Secretaria de Educação, seminários integrados que têm por objetivo a apresentação de trabalhos realizados pelas equipes de Polos, estudantes, tutores,

mediadores e Universidades, potencializando assim o viés acadêmico, pesquisas e intervenções sociais nos territórios. No ano de 2023, ocorrerá o III Seminário Integrado da Rede UniCEU.

- **Revista acadêmica - Rede UniCEU:** Publicação anual que tem por objetivo divulgar trabalhos científicos de estudantes da Rede UniCEU, equipes de polos e equipes de acompanhamento das ações da UniCEU. São trabalhos de diferentes áreas do conhecimento desenvolvidos no âmbito dos diversos cursos oferecidos nos Polos UniCEU. A primeira edição foi lançada em dezembro de 2022 e apresenta pesquisas e projetos de intervenção social dos diferentes territórios da cidade.
- **Ações de formação continuada para educadores:** A partir de uma agenda mensal de ações de formação, os Polos desenvolvem cursos, seminários, webinários, palestras, dentre outras ações formativas. Os coordenadores de polos também realizam a articulação com docentes das Universidades, elaboram propostas, em parceria com as IES, e projetos, com diferentes parceiros, a fim de atender às demandas formativas nas diferentes localidades. A participação nos horários coletivos também se apresenta como um importante momento de integração do Polo UniCEU com as demandas de formação, reflexão e desenvolvimento de ações em prol da aprendizagem dos estudantes e em consonância com o Currículo da Cidade.
- **Cursos para o território:** A partir de uma agenda mensal, os Polos elaboram cursos e palestras para o território, dentre elas, cursos pré-vestibular, cursos de línguas, orientações para o mundo do trabalho, oficinas, feiras etc.
- **Atividades de complementação acadêmicas:** São planejados cursos, grupos de estudo, grupos de trabalho, apresentações de projeto integradores e TCCs, dentre outras ações, para estudantes dos Polos, além da organização de atividades acadêmicas, conforme calendário das Universidades parceiras.
- **I Congresso da Rede UniCEU:** No ano de 2023, ocorrerá o primeiro congresso da Rede UniCEU, que propiciará um momento para submissão de trabalhos e apresentação de pesquisas com vistas à reflexão e troca de experiências.
- **Curso de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado:** Oferta do curso de Mestrado Profissional em Educação com o objetivo de ampliar o processo de formação continuada dos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino, impactando diretamente na aprendizagem dos estudantes bem como em atendimento ao Plano Municipal, no que se refere à oferta de mestrado para educadores da Rede Municipal (anos Iniciais e anos finais). Previsão março de 2023.

Possibilidades de ações nos territórios

- Horários coletivos de formação - integração com as equipes de Polos;
- Temáticas de pesquisa e formação desenvolvidas nos Polos;
- Articulação de ações e temáticas a partir da demanda das Unidades Educacionais;

- Elaboração de projetos em parceria com os Polos e Universidades;
- Participação em seminários, congressos, cursos, oficinas, grupos de estudos, palestras, entre outras ações;
- Matrículas nos diversos cursos ofertados pelos Polos, tanto de graduação quanto de pós-graduação. Estas ofertas ocorrem durante todo o ano. Os cursos são divulgados nos canais da Secretaria Municipal de Educação e são encaminhados para os territórios para ampla divulgação.

Registrar: É de fundamental importância que o planejamento seja feito em parceria com todos os envolvidos: equipes dos Polos e dos CEUS, equipamentos do entorno, Unidades Educacionais e educadores, a fim de que sejam elencadas as demandas formativas dos territórios. Os planos de ação devem ser pensados e produzidos coletivamente e estar em consonância com os PPEs dos CEUs e PPP das Unidades Educacionais.

Acompanhar: As ações planejadas devem ser pensadas e repensadas durante todo o ano, de modo a realizar a escuta dos diversos parceiros envolvidos na constituição dos projetos e processos formativos. Os dados de cursos, ofertas e demandas também devem ser analisados coletivamente a fim de reprogramar e/ou implantar novas ações.

Portal da Secretaria Municipal de Educação - Rede UniCEU

Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/ensino-superior/>

Contato dos Polos UniCEU

Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/ensino-superior/polos/>

CODAE

REVISITAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE NA ESCOLA

Retomando a ideia de que o Projeto Político-Pedagógico se constitui como a expressão de um coletivo e dos princípios que alicerçam o trabalho pedagógico pensado e planejado para determinada comunidade escolar, algumas reflexões são necessárias quando tratamos da alimentação e saúde na escola.

Qual a concepção de alimentação expressa no PPP? Está alinhada com os documentos nacionais e municipais?

A temática da educação alimentar e nutricional estão previstas em ações de formações, reuniões pedagógicas e projetos da UE?

As ações de educação alimentar e nutricional perpassam o currículo escolar como tema transversal?

E para subsidiar estas reflexões, alguns documentos podem ser os norteadores das discussões e encaminhamentos nos diferentes segmentos.

REVISITAR

PLANEJAR AÇÕES

O Programa de Alimentação Escolar - PAE é a política pública de maior abrangência em alimentação e nutrição no país, que visa garantir o direito humano à alimentação adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Uma das diretrizes do PAE é a Educação Alimentar e Nutricional - EAN que, no processo de ensino e aprendizagem, perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida.

Consonante ao PAE e visando garantir o acesso dos nossos alunos à alimentação, foram distribuídas, entre dezembro/22 e janeiro/23, mais de 427 mil cestas básicas a alunos da Rede Municipal de Ensino que se encontram em vulnerabilidade social e nutricional, inscritos no Cadastro Único. A entrega das cestas está prevista para os períodos de recesso e férias. Em julho/23, serão entregues mais 427 mil cestas. É importante que a Unidade Educacional faça parte dessa ação que visa à segurança alimentar e nutricional de nossos alunos.

Para o planejamento e desenvolvimento de ações e programas de EAN, temos como referência O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (BRASIL, 2019). Suas recomendações consideram as dimensões sociais e culturais das práticas alimentares, tais como: a comensalidade, o ato de cozinhar, a alimentação adequada e saudável, e práticas que promovam sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis.

Neste sentido, nas diferentes áreas de conhecimento, componente curricular ou etapa, é importante que todos os educadores prevejam ações que invistam em:

- Integrar as ações de EAN, de prática contínua e permanente, no PPP e inseri-las como tema transversal no currículo da escola, utilizando como referência o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos e a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil.
- Prever a participação da equipe da alimentação escolar (cozinheiras e nutricionistas) no processo de planejamento pedagógico e identificar possibilidades de ações conjuntas;
- Envolver os estudantes na elaboração das ações de EAN, que devem estar pautadas em metodologias ativas e dialógicas;
- Incentivar o cultivo de hortas escolares, oficinas culinárias, visitação a feiras e locais de produção e a participação do agricultor urbano e/ou familiar na escola;
- Incentivar a formação de grupos de discussão, oficinas práticas, visitas à escola para conhecer a alimentação escolar, voltadas para a família e comunidade escolar, com abordagens dialógicas e promoção de debates e reflexões sobre práticas saudáveis de vida.

PLANEJAR

- Garantir a organização do ambiente de alimentação, materialidades, tempos e interações, no sistema prato pronto ou autosserviço;
- Trabalhar com as famílias, equipe e ambiente para promoção, proteção e estímulo ao aleitamento materno, especialmente nos CEIs;
- Realizar ações que abordem alimentação na perspectiva da sustentabilidade e combate ao desperdício;
- Usar e valorizar a cozinha e o refeitório escolar, tal como utilizar os cardápios e os próprios alimentos como ferramenta de educação alimentar e nutricional;
- Contribuir com a formação crítica dos alunos quanto a informações e mensagens sobre alimentação veiculadas nas mídias;
- Articular ações conjuntas no território com UBS/PSE/PAVS e outros parceiros no âmbito de educação alimentar e nutricional, avaliação e acompanhamento nutricional dos estudantes;
- Apoiar ações de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional, tais como a distribuição de cestas básicas e incentivar o consumo da alimentação oferecida nas Unidades Educacionais.

Para saber mais

- Nota Técnica Nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE.
Disponível em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf
- Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014).
Disponível em: https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf
- Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (BRASIL, 2019).
Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf
- Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil (SÃO PAULO, 2020).
Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/ON-Alimentac%CC%A7a%CC%83o-Digital.pdf>
- Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 (BRASIL, 2018).
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm
- Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes (Edições UFC, 2018).
Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=12042:educa%C3%A7%C3%A3o-alimentar-nutricional-articulacao-de-saberes>

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARLEM, Rejane Aguiar. **Biblioteca de CEU como plataforma de inclusão educacional, social e cultural**. São Paulo: Baraúna, 2012.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975**. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Brasil, 1975.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.
- BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente]. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. São Paulo: Atlas, 1991.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 2.608, de 31 de outubro de 2013**. Define Municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola em 2013 e os habilita ao recebimento de 20% (vinte por cento) do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 264, de 17 de fevereiro de 2020**. Altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Brasília, DF, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- CANCLINO, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COELHO, Teixeira. **A cultura e o seu contrário**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- DEWEY, John. **Arte como experiência**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- MELLO, Suely Amaral. **Documentação pedagógica**: uma prática para a reflexão. Florianópolis, 2005. Palestra proferida em evento, Educasul.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

- PEREIRA, C. Entre aconchego, movimento, brincadeiras e descobertas: o papel da educadora e do educador da primeira infância. In: FREITAS, A.V.C; PELIZON, M. H; CHAVES, R.S.L. (orgs.) **Olhares em diálogo na educação infantil**: aproximações com a abordagem de Emmi Pikler. Porto Alegre: Sá EDitora, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- RUSSO, Danilo. De como ser professor sem dar aulas na escola da infância (III). **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos-SP: UFSCar, v.2, no. 2, p. 149-174, nov. 2008. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade**: Ensino Fundamental: componente curricular: Artes. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade**: Ensino Médio: área de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias. São Paulo: SME/COPED, 2021.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade**: povos indígenas: orientações pedagógicas. São Paulo: SME/COPED, 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Educação Integral**: política São Paulo Educadora. São Paulo: SME/COPED, 2020.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade**. São Paulo: SME/COPED, 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade**: Ensino Fundamental: componente curricular: Educação Física. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação no contexto escolar**: vicissitudes e desafios para (re)significação de concepções e práticas. São Paulo: SME/COPED, 2020. Disponível em: https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Livro_Avaliacao_no_contexto_2020.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Lei nº 15.993, de 17 de abril de 2014**. Institui as Olimpíadas Estudantis na Rede Municipal de Ensino no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 2014.
- SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.710, de 11 de outubro de 2017**. Dispõe sobre princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância no Município de São Paulo e sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância e dá outras providências. São Paulo, 2017.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015**. Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15667-12.01.2015.html>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 50.814, de 26 de agosto de 2009**. Regulamenta a Lei nº 14.915, de 22 de abril de 2009, que institui os Prêmios “Professor Emérito de São Paulo” e “Professor em Destaque”, a serem concedidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, nas condições que especifica. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-50814-de-26-de-agosto-de-2009>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 52.947, de 27 de janeiro de 2012**. Institui o Programa CEU Olímpico nos Centros Educacionais Unificados - CEUs, da Rede Municipal de Ensino. São Paulo, 2012.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 56.520, de 16 de outubro de 2015**. Regulamenta a Lei nº 16.213, de 17 de junho de 2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE, bem como inclui o inciso XIV no artigo 118 da Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56520-de-16-de-outubro-de-2015>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 56.669, de 1º de dezembro de 2015**. Institui Grupos Internos de Controle da Dengue nos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta. São Paulo, 2015.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 57.478, de 28 de novembro de 2016**. Aprova o Regimento Padrão dos Centros Educacionais Unificados - CEUs, vinculados à Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 2016.

- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 57.503, de 6 de dezembro de 2016.** Institui o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos – PMEDH. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57503-de-06-de-dezembro-de-2016>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 58.514, de 14 de novembro de 2018.** Aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030. São Paulo, 2018.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 58.840, de 3 de julho de 2019.** Institui o Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58840-de-3-de-julho-de-2019>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 61.067, de 15 de fevereiro de 2022.** Oficializa a instituição do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de incentivar, promover e fomentar a educação em direitos humanos junto à Rede Municipal de Ensino. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61067-de-15-de-fevereiro-de-2022>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). **Portaria nº 2.565, de 12 de junho de 2008.** Normatiza a composição do Conselho de Escola / CEI / CIEJA que especifica nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-educacao-2565-de-13-de-junho-de-2008>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 3281/12 - SME, de 25 de maio de 2012.** Regulamenta o Decreto nº 52.947, de 27/01/12 que instituiu o Programa CEU Olímpico nos Centros Educacionais Unificados CEUs, da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. São Paulo, 2012.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria SME nº 2.974, de 12 de abril de 2016.** Dispõe sobre a implantação e implementação das Comissões de Mediação de Conflitos – CMCs nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, prevista na Lei nº 16.134/2015, regulamentada pelo Decreto nº 56.560/2015, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-2974-de-12-de-abril-de-2016>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 3.844, de 20 de maio de 2016.** Dispõe sobre as atividades a serem desenvolvidas pelos analistas de Informações, Cultura e Desporto – Educação Física, em exercício nos Centros Educacionais Unificados – CEUs, da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. São Paulo, 2016.
- SÃO PAULO (Município). **Portaria nº 3.539, de 6 de abril de 2017.** Altera os Anexos I e II da Portaria nº 8.707/16, que reorganiza do Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APMs dos Centros de Educação Infantil - CEIs, das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEIs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio – EMEFMs, Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBSs e dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs e da Associação de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos dos Centros Educacionais Unificados - APMSUAC. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-3539-de-06-de-abril-de-2017>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Retratos da EJA em São Paulo:** história e relatos de práticas. São Paulo: SME/COPEd, 2020. 146 p. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/WEB_Retratos_EJA_2020.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Repertório EJA:** grandes temas. São Paulo: SME / COPEd, 2020. 56 p. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Repertorio_EJA_1_web_17.11.20.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e a realização. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2000 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1).



CIDADE DE
SÃO PAULO
EDUCAÇÃO

